



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55
NIRE 42300011274

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 de ABRIL de 2025

ÍNDICE DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
--

I - TOMADA DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA ...	4
II – DESTINAÇÃO DO LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NOS MOLDES DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022	5
III – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022	12
IV – ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	54
V - DADOS DOS CANDIDATOS A CONSELHEIROS FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 7.3 A 7.6 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022.....	55
VI - INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME O ITEM 8 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022	59



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55
NIRE 42300011274

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2025.

INSTRUÇÃO CVM Nº. 81 de 22 de março de 2022

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetida à apreciação de seus Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que se realizará em 30 de abril de 2025, às 10 horas, na sede social da Empresa (de forma híbrida), na Avenida Itamarati, 160, no bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração nos seguintes termos:

- ✓ **Tomada de Contas dos Administradores, apreciação e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024**
- ✓ **Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Destinação do Lucro Líquido do Exercício no montante de R\$ 715,8 milhões, sendo que R\$ 35,8 milhões serão destinados a constituição da Reserva Legal; e **Dividendos Propostos:** a) ratificação dos juros sobre capital próprio já aprovados trimestralmente pelas reuniões do Conselho de Administração de 2024, no valor de R\$ 231,2 milhões¹, conforme tabela abaixo. Os juros sobre capital próprio não sofrerão atualização monetária e terão incidência de imposto de renda, conforme legislação em vigor, e deverão ser pagos em duas parcelas: 1ª parcela (50%) será paga até o dia 30 de junho de 2025 e 2ª parcela (50%) será paga até o dia 30 de dezembro de 2025; e b) dividendos complementares no valor de R\$77.289.505,89, com a distribuição de R\$1,890826818 por ação ordinária e R\$2,079909502 por ação preferencial aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de abril de 2025. Os dividendos não sofrerão atualização monetária e nem incidência de imposto de renda e deverão ser pagos também em duas parcelas: 1ª parcela (50%), no valor de R\$38.644.752,95, será paga até o dia 30 de junho de 2025, com a distribuição de R\$0,9454134090 por ação ordinária e R\$1,0399547510 por ação preferencial, e a 2ª parcela (50%), no valor de R\$38.644.752,95, será paga até o dia 30 de dezembro de 2025, com a distribuição de R\$0,9454134090 por ação ordinária e R\$1,0399547510 por ação preferencial.

¹ Valor Bruto.



Exercício social	Tipo	Data Aprovação AGOE/RCA	Data Ex-JCP/Dividendo	Data de Início do Pagamento	Valor do Provento por Ação (R\$)		Valor Total Distribuído (R\$)	Total Distribuído Relativo Ao Exercício (R\$)	
2024	JCP 4T 1P	12/12/24	26/12/24	30/06/25	ON	1,1877640555	R\$ 48.551.086,77	R\$ 97.102.173,54	
					PN	1,3065404610			
	JCP 4T 2P	12/12/24	26/12/24	30/12/25	ON	1,1877640555	R\$ 48.551.086,77		
					PN	1,3065404610			
	JCP 3T 1P	19/09/24	26/09/24	30/06/25	ON	0,5832724790	R\$ 23.841.867,09		R\$ 47.683.734,17
					PN	0,6415997260			
	JCP 3T 2P	19/09/24	26/09/24	30/12/25	ON	0,5832724790	R\$ 23.841.867,09		
					PN	0,6415997260			
	JCP 2T 1P	20/06/24	27/06/24	30/06/25	ON	0,5177584510	R\$ 21.163.913,32	R\$ 42.327.826,63	
					PN	0,5695342960			
	JCP 2T 2P	20/06/24	27/06/24	30/12/25	ON	0,5177584510	R\$ 21.163.913,32		
					PN	0,5695342960			
	JCP 1T 1P	18/03/24	25/03/24	30/06/25	ON	0,5397438770	R\$ 22.062.590,40	R\$ 44.125.180,80	
					PN	0,5937182650			
JCP 1T 2P	18/03/24	25/03/24	30/12/25	ON	0,5397438770	R\$ 22.062.590,40			
				PN	0,5937182650				

✓ **Orçamento de Capital**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a proposta de orçamento de capital será de R\$ 1.448,5 milhões para o ano de 2025, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

✓ **Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia**

✓ **Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal**

✓ **Fixação do montante global da remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal**

A proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será no montante de até R\$16.251.467,76 para a remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal.



I - TOMADA DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Celesc S.A. foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pela *KPMG* Auditores Independentes previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, na reunião realizada em 27 de março de 2025, tendo sido, portanto, consideradas em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2024, na forma prevista nos incisos I e II do Art. 10º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu website (<http://ri.celesc.com.br/>), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).



II – DESTINAÇÃO DO LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NOS MOLDES DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022

Informar o lucro ou prejuízo líquido do exercício:

Lucro Líquido Exercício 2024
R\$ 715.801.843,12

Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio² já declarados:

Exercício Social	Tipo	Valor Do Provento Por Ação (R\$)		Total Distribuído Por Tipo De Provento (R\$)	Valor Total (R\$)
2024	DIV	ON	R\$ 1,890826819	R\$ 77.289.505,89	R\$ 308.528.421,03
		PN	R\$ 2,079909501		
	JCP	ON	R\$ 5,657077725	R\$ 231.238.915,12	
		PN	R\$ 6,222785496		

Obs: Os valores dos proventos por ação estão em sua forma bruta.

Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A proposta a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária contempla a distribuição de 42,5% do Lucro Líquido Ajustado.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício e Constituição de Reservas (valores em R\$)	
Exercício Social 2024	
Lucro Líquido do Exercício	715.801.843,12
Reserva Legal (5%)	(35.790.092,16)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)	680.011.750,96
Dividendos Propostos (<i>Payout 42,5%</i>)	289.004.994,16
Juros sobre Capital Próprio aprovados nas RCA 2024	231.238.915,12
IRRF JCP	(19.523.426,85)
JCP Líquido	211.715.488,27
Dividendos Complementares	77.289.505,89
Constituição de Reservas de Lucros	371.483.329,95

Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não houve dividendo distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.

Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

² Considerando-se o valor de JSCP em Valor Bruto, ou seja, sem dedução de IRRF.



Exercício Social	Tipo	Valor do Provento por Ação (R\$)		Valor Total (R\$)
2024	DIV	ON	R\$ 1,890826819	R\$ 77.289.505,89
		PN	R\$ 2,079909501	

A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, em duas parcelas: a 1ª parcela (50%) até o dia 30 de junho de 2025 e a 2ª parcela (50%) até o 30 de dezembro de 2025. Os acionistas terão seus pagamentos disponibilizados de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Banco Escriturador de Ações vigente da Companhia – instituição depositária de ações, a partir da data de início da distribuição destes direitos. Os detentores de Ações depositadas em Custódias Fungíveis das Bolsas de Valores receberão o pagamento através do órgão custodiante.

Os Juros sobre Capital Próprio Trimestrais já declarados em 2024, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos em duas parcelas: a 1ª parcela (50%) até o 30 de junho de 2025 e a 2ª parcela (50%) até o dia 30 de dezembro de 2025.

A tabela abaixo demonstra o valor total e por ação a ser distribuído em cada parcela:

Exercício Social	Tipo	Data de Início do Pagamento	Valor do Provento por Ação (R\$)		Valor Total Distribuído (R\$)	Total Distribuído Relativo Ao Exercício (R\$)
2024	JCP 4T 1P	30/06/25	ON	1,1877640555	R\$ 48.551.086,77	R\$ 97.102.173,54
			PN	1,3065404610		
	JCP 4T 2P	30/12/25	ON	1,1877640555	R\$ 48.551.086,77	
			PN	1,3065404610		
	JCP 3T 1P	30/06/25	ON	0,5832724790	R\$ 23.841.867,09	R\$ 47.683.734,17
			PN	0,6415997260		
	JCP 3T 2P	30/12/25	ON	0,5832724790	R\$ 23.841.867,09	
			PN	0,6415997260		
	JCP 2T 1P	30/06/25	ON	0,5177584510	R\$ 21.163.913,32	R\$ 42.327.826,63
			PN	0,5695342960		
	JCP 2T 2P	30/12/25	ON	0,5177584510	R\$ 21.163.913,32	
			PN	0,5695342960		
	JCP 1T 1P	30/06/25	ON	0,5397438770	R\$ 22.062.590,40	R\$ 44.125.180,80
			PN	0,5937182650		
	JCP 1T 2P	30/12/25	ON	0,5397438770	R\$ 22.062.590,40	
			PN	0,5937182650		
	Dividendos 1P	30/06/25	ON	0,9454134090	R\$ 38.644.752,95	R\$ 77.289.505,89
			PN	1,0399547510		
Dividendos 2P	30/12/25	ON	0,9454134090	R\$ 38.644.752,95		
		PN	1,0399547510			



Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os proventos declarados.

Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Os dividendos propostos relativos ao exercício de 2024 perfazem o montante de R\$ 77.289.505,89, com a distribuição de R\$ 1,890826819 por ação ordinária e R\$ 2,079909501 por ação preferencial aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de abril de 2025.

Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Juros sobre Capital Próprio Trimestrais declarados, conforme abaixo:

Tipo	Data Aprovação Ageo/Rca	Data Ex-Jcp/Dividendo	Data De Início Do Pagamento	Valor Do Provento Por Ação (R\$)		Valor Total Distribuído (R\$)	Total Distribuído Relativo Ao Exercício (R\$)	
JCP 4T 1P	12/12/24	26/12/24	30/06/25	ON	1,1877640555	R\$ 48.551.086,77	R\$ 97.102.173,54	
				PN	1,3065404610			
JCP 4T 2P	12/12/24	26/12/24	30/12/25	ON	1,1877640555	R\$ 48.551.086,77		
				PN	1,3065404610			
JCP 3T 1P	19/09/24	26/09/24	30/06/25	ON	0,5832724790	R\$ 23.841.867,09		R\$ 47.683.734,17
				PN	0,6415997260			
JCP 3T 2P	19/09/24	26/09/24	30/12/25	ON	0,5832724790	R\$ 23.841.867,09		
				PN	0,6415997260			
JCP 2T 1P	20/06/24	27/06/24	30/06/25	ON	0,5177584510	R\$ 21.163.913,32	R\$ 42.327.826,63	
				PN	0,5695342960			
JCP 2T 2P	20/06/24	27/06/24	30/12/25	ON	0,5177584510	R\$ 21.163.913,32		
				PN	0,5695342960			
JCP 1T 1P	18/03/24	25/03/24	30/06/25	ON	0,5397438770	R\$ 22.062.590,40		R\$ 44.125.180,80
				PN	0,5937182650			
JCP 1T 2P	18/03/24	25/03/24	30/12/25	ON	0,5397438770	R\$ 22.062.590,40		
				PN	0,5937182650			

Informar a data dos respectivos pagamentos:

Informado no item acima

Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.



Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício Social	Tipo	Valor Do Provento Por Ação (R\$)		Total Distribuído Por Tipo De Provento (R\$)	Total Distribuído Relativo Ao Exercício (R\$)
2023	DIV	ON	0,030660525	R\$ 1.253.280,72	R\$ 230.888.034,69
		PN	0,033726577		
	JCP	ON	5,617833166	R\$ 229.634.753,97	
		PN	6,179616483		
2022	DIV	ON	0,559582334	R\$ 22.873.507,86	R\$ 193.754.069,50
		PN	0,615540568		
	JCP	ON	4,180458200	R\$ 170.880.561,64	
		PN	4,598504020		
2021	DIV	ON	0,491110540	R\$ 20.074.652,52	R\$ 143.817.182,52
		PN	0,540221590		
	JCP	ON	3,027263426	R\$ 123.742.530,00	
		PN	3,329989769		

Havendo destinação de lucros à reserva legal:

Identificar o montante destinado à reserva legal:

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido, cujo valor é de R\$ 35.790.092,16.

Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Forma de Cálculo da Reserva Legal (valores em R\$)	
Exercício Social 2024	
Lucro Líquido do Exercício	715.801.843,12
Reserva Legal (5%)	(35.790.092,16)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)	680.011.750,96

Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável. A Companhia não estabelece dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável.

Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Não aplicável.

Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:



Não aplicável.

Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

Não aplicável.

Em relação ao dividendo obrigatório.

Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Apurado o resultado do exercício, serão destinados 5% do Lucro para Reserva Legal. Do saldo remanescente, o lucro líquido ajustado do exercício, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas.

Informar se ele está sendo pago integralmente:

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente, em duas parcelas, conforme descrito anteriormente.

Informar o montante eventualmente retido:

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

Informar o montante da retenção:

Não houve retenção de dividendo obrigatório decorrente da situação financeira da Companhia.

Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Índices	2024	2023	2022
Liquidez Geral	0,81	0,75	0,78
Liquidez Corrente	1,28	0,91	0,98
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	21,68%	19,16%	19,64%
Endividamento Geral	69,79%	76,16%	75,21%

Justificar a retenção dos dividendos:

Não aplicável.

Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação do resultado para reservas de contingência.

Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não aplicável.



Explicar porque a perda foi considerada provável:

Não aplicável.

Justificar a constituição da reserva:

Não aplicável.

Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não houve destinação do resultado para reservas de lucros a realizar.

Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável.

Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Não há destinação do resultado para reservas estatutárias.

Identificar o montante destinado à reserva:

Não aplicável.

Descrever como o montante foi calculado:

Não aplicável.

Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

Identificar o montante da retenção:

O montante destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros é de R\$ 371,5 milhões.

Fornecer cópia do orçamento de capital.

Em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2025, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL – 2025

Denominação	Celesc D - R\$ mil	Celesc G - R\$ mil	Consolidado - R\$ mil	%Total
Destinação Total	1.326.002,00	122.454,00	1.448.456,00	100%
Ativos Elétricos	1.077.116,00		1.077.116,00	74,36%
Ativos Não Elétricos	151.279,00	1.556,00	152.835,00	10,55%
Apropriação de Mão de Obra	97.607,00	1.077,00	98.684,00	6,81%
Novos Negócios		85.300,00	85.300,00	5,89%
Ampliação de Usinas		22.580,00	22.580,00	1,56%
Usinas Próprias		11.941,00	11.941,00	0,82%

A companhia prevê em seu orçamento a alocação de R\$ 1.326,0 milhões em distribuição de energia elétrica. Desse total, R\$ 933,8 milhões serão destinados a obras de ampliação e melhoria do sistema elétrico, R\$ 97,5 milhões serão utilizados pela área comercial, principalmente para a instalação e modernização de equipamentos de medição, e R\$ 45,8 milhões serão destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para a operação técnica. Além disso, a empresa planeja investir R\$ 147,9 milhões na aquisição de *hardware* e *software* para a rede corporativa, R\$ 2,5 milhões em veículos e R\$ 0,8 milhão em equipamentos, ferramentas, mobiliários diversos e outros.

Do montante de R\$ 122,5 milhões aprovados para 2025, serão investidos R\$ 85,3 milhões em Novos Negócios, R\$ 34,5 milhões na ampliação e melhorias das Usinas e R\$ 1,6 milhão em ativos não elétricos.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R\$ 98,6 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2025 totaliza o valor de R\$ 1.448,4 milhões.

Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Informar o montante destinado à reserva:

Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Explicar a natureza da destinação:

Não aplicável.



III – COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022

2.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC é uma das maiores empresas do setor elétrico, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia.

A Companhia é estruturada como Holding desde 2006 e possui duas subsidiárias integrais, a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A. Além disso, é acionista majoritária da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

A análise dos Diretores está fundamentada nas demonstrações contábeis referentes ao encerramento do exercício social de 2024 e 2023, elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), conforme relatado a seguir.

Cenário Econômico

A Celesc acompanha e monitora continuamente a conjuntura econômica, analisando a variação dos seus principais indicadores, como PIB, inflação, câmbio e juros, bem como os impactos dessas variáveis no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, influencia diretamente o custo da energia adquirida de Itaipu, enquanto o PIB e os investimentos refletem no crescimento do mercado de energia. Os juros afetam tanto o financiamento (captação de recursos) quanto os investimentos (custo do capital), e a inflação impacta os custos com suprimentos e PMSO.

Ressalta-se que em 2024 a economia brasileira apresentou desempenho superior ao projetado pelos analistas de mercado. A expansão econômica foi impulsionada principalmente, pela demanda interna, destacando-se fatores como o dinamismo do mercado de trabalho, a melhoria no mercado e as políticas de transferência de renda implementadas pelo governo.

Em 2024 o Produto Interno Bruto – PIB cresceu 3,49%, impulsionado, principalmente, pela ampliação da demanda interna, conforme detalhado anteriormente. O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e responsável por medir o custo de vida das famílias com renda entre um e quarenta salários mínimos, encerrou 2024 com uma alta acumulada de 4,83%, ficando acima da meta estipulado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Entre os fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se a conjuntura externa desfavorável, a desvalorização cambial, e fatores climáticos que impactaram significativamente os preços dos alimentos e das tarifas administradas. A Taxa Selic, principal instrumento de política monetária e referência para as demais taxas de juros da economia, encerrou o ano em 13,25%, consolidando um ciclo de contração monetária. Esse movimento foi impulsionado pela alta de preços, pelas incertezas do mercado externo e pelos ruídos gerados pela falta de confiança no pacote econômico do governo.



Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2024 apresentou desafios para o grupo Celesc. Ainda assim, a Companhia encerrou o período garantindo o fornecimento de energia de qualidade à sociedade catarinense e alcançando sólidos resultados econômico-financeiros, conforme demonstram seus indicadores operacionais.

Exercício Social de 2024

As Centrais Elétricas de Santa Catarina têm atuado de forma estratégica ao longo dos anos, aprimorando sua estrutura financeira e patrimonial, além de implementar a política energética com eficiência. Dessa forma, a Companhia busca gerar retornos satisfatórios aos investidores e contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

O ano de 2024 representou mais um período desafiador para o setor elétrico catarinense, marcado por eventos climáticos adversos, como calor extremo, tempestades e ciclones, que têm se tornado cada vez mais frequentes no estado. Esse cenário exigiu intensa preparação das equipes da Celesc para superar as adversidades. Ainda assim, a Companhia conseguiu atender às demandas da sociedade, garantindo a segurança de seus trabalhadores e o fornecimento de energia à população.

Graças ao empenho e à dedicação dos Celesquianos e Celesquianas, a Celesc tem superado obstáculos e reafirmado, com excelência, a sua função pública de prover energia para o desenvolvimento e a qualidade de vida.

Em 2024, a Companhia enfrentou e superou esses desafios, ao mesmo tempo em que deu importantes passos na construção de um futuro sólido, reafirmando sua vocação e compromisso de fornecer energia elétrica de qualidade para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

O Mercado Total de Energia Elétrica na área de concessão da Celesc Distribuição registrou crescimento de 5,4% no ano. O Mercado Cativo, apesar da significativa migração de consumidores para o Mercado Livre, apresentou um leve crescimento de 1,4%. Dentre as classes de consumo, destaca-se a residencial, com crescimento de 9,6% no Mercado Cativo. Ressalta-se que a migração dos consumidores do Mercado Cativo para o Mercado Livre tem impacto neutro no resultado da Companhia, tendo em vista que a Celesc continua sendo remunerada pela TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.

No que se refere ao atendimento aos seus clientes, parte importante de sua visão estratégica, a Celesc manteve resultados consistentes em 2024, alcançando ótimo desempenho nos indicadores de continuidade de energia.

No período, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) foi de 8,63 horas, enquanto o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção de Energia) registrou 5,73 interrupções. Ambos os valores ficaram bem abaixo dos limites estipulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que eram de 9,42 horas para o DEC e 7,28 interrupções para o FEC, evidenciando a qualidade e a confiabilidade do serviço prestado pela Companhia.



Com relação às Perdas, em 2024 observou-se ganho financeiro de R\$ 108,5 milhões em relação à cobertura tarifária. As Perdas Totais foram de 7,23%, comparadas ao limite regulatório de 8,26%, sendo: 5,56% de Perdas Técnicas, em relação ao limite de 5,79%, e 1,67% de Perdas não Técnicas, frente ao limite de 2,48%. Esses resultados refletem os esforços contínuos da Celesc na gestão eficiente de suas perdas, garantindo maior eficiência operacional e melhor equilíbrio econômico-financeiro.

As ações preferenciais da Companhia (CLSC4) apresentaram desempenho positivo de 22,25% em 2024, valorização significativamente superior ao índice Ibovespa (-7,93%) e ao Índice do Setor Elétrico (-18,60%). Esse desempenho evidencia o reconhecimento e confiança dos acionistas na solidez e na gestão da Companhia. Além disso, o Conselho de Administração da Celesc aprovou a distribuição de R\$ 308,5 milhões em dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP).

No que se refere aos resultados financeiros de 2024, os Custos e Despesas Operacionais Consolidadas apresentaram diminuição de 1,3% no ano, sendo que os Custos com Energia foram ampliados em 1,0%. Na subsidiária Celesc Distribuição destaca-se: (i) aumento de 87,2% na variação de preço com despacho de térmicas e decréscimo de 0,4% com energia de hidrelétricas; (ii) ampliação de 6,6% no preço da energia oriunda de Itaipu e; (iii) variação de 1,8% referente a outros contratos. Já com relação ao PMSO, houve diminuição de 3,1%, sendo: Despesas com pessoal (+3,7%), Materiais (-6,6%), Serviços (-2,4%) e Outros (+20,9%).

O EBITDA Consolidado atingiu R\$ 1,57 bilhões. Comparando-se com o mesmo período de 2023 (R\$ 1,14 bilhões), representa um aumento de 37,5%. O Lucro Líquido apurado no ano foi de R\$ 715,8 milhões, frente a R\$ 557,0 milhões referente ao ano anterior, um resultado líquido 28,5% maior.

O Endividamento Financeiro Bruto da Companhia somou R\$ 4,27 bilhões (R\$ 3,25 bilhões de Dívida Líquida), com ampliação de 34,7% decorrente da operação de emissão de Debêntures pela subsidiária Celesc Distribuição, no montante de R\$ 1,2 bilhão de reais, para realização de investimentos e reforço de caixa.

Destaca-se que em 2024 foi investido R\$ 1,264 bilhão no sistema de Distribuição e Geração de energia. No sistema de Distribuição foi aplicado R\$ 1,230 bilhão, fundamentalmente na expansão, melhoria e modernização do sistema elétrico. Já no sistema de Geração foram aplicados R\$ 34,2 milhões no Parque Gerador.

A tabela abaixo reproduz as principais informações financeiras e patrimoniais em 2024 e 2023.

R\$ mil	Celesc Distribuição		Celesc Geração		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Informações Financeiras e Patrimoniais						
Receita Operacional Líquida	10.478.617	10.228.383	189.436	183.051	10.658.858	10.402.608
Custos com Energia	(6.876.543)	(6.790.947)	(41.221)	(56.792)	(6.908.642)	(6.839.008)
Despesas Operacionais	(1.923.814)	(2.736.202)	(20.595)	(36.986)	(1.944.336)	(2.795.618)
Lucro Operacional	1.074.736	701.234	117.799	101.979	1.219.791	825.103
EBITDA	1.410.710	1.010.242	127.031	105.349	1.567.207	1.139.704
Resultado Financeiro	(287.322)	(154.906)	6.161	11.973	(287.364)	(141.788)
Lucro Líquido do Exercício	591.104	440.160	103.149	95.654	715.802	557.034



Ativo Circulante	3.527.841	3.098.324	193.745	189.575	3.898.270	3.409.987
Ativo Não Circulante	7.921.476	7.713.074	847.572	804.668	9.139.488	8.892.274
Ativo total	11.449.317	10.811.398	1.041.317	994.243	13.037.758	12.302.261
Empréstimos e Financiamentos	4.235.834	3.129.683	37.403	41.588	4.273.237	3.171.271
Passivo Circulante	2.965.847	3.643.345	70.707	73.308	3.049.785	3.730.676
Passivo Não Circulante	6.147.049	5.471.725	139.701	140.149	6.316.694	5.639.018
Passivo Total	9.112.896	9.115.070	210.408	213.457	9.366.479	9.369.694
Patrimônio líquido	2.336.421	1.696.328	830.909	780.786	3.671.279	2.932.567
Passivo + PL	11.449.317	10.811.398	1.041.317	994.243	13.037.758	12.302.261

Fonte: Celesc

a. Estrutura de Capital

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada para desenvolvimento das suas atividades. A empresa apresentou em 2024 ligeiro aumento na utilização de capital próprio comparativamente ao mesmo período do ano anterior conforme tabela abaixo.

Capital Próprio x Capital de Terceiro (valores em R\$ mil)				
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Capital de Terceiros	9.366.479	71,8	9.369.694	76,2
Capital Próprio	3.671.279	28,2	2.932.567	23,8
Total	13.037.758		12.302.261	

Fonte: Celesc

Observa-se que a Companhia vem, ao longo dos anos, mantendo uma estrutura de capital equilibrada. Considerando todas as obrigações da Celesc (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante), verifica-se que seus compromissos estão concentrados no Longo Prazo, conforme tabela a seguir:

Passivo Circulante x Passivo não Circulante (valores em R\$ mil)				
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Passivo Circulante	3.049.785	33,0	3.730.676	40,0
Passivo Não Circulante	6.316.694	67,0	5.639.018	60,0
Total	9.366.479		9.369.694	

Fonte: Celesc

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras. A maior parte dos compromissos financeiros é derivada das atividades da Celesc Distribuição, que apresenta seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo, quanto de longo prazo.

A estrutura de capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Grupo Celesc) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Na Celesc Distribuição, em especial, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante do capital de terceiros no ativo remunerável.

Essa alavancagem é medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (tabela a seguir). A companhia define como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazos (empréstimos,



financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata). A Diretoria Executiva da Companhia vem, ao longo dos anos, buscando alongar o perfil da dívida, bem como aprimorar os mecanismos de controle e monitoramento.

Ano	Dívida Líquida (R\$ mil)	Patrimônio Líquido (R\$ mil)	DL + PL	DL/PL	DL/ (DL+PL)	Rating Nacional - Fitch Ratings
2024	3.253.755	3.671.279	6.925.034	89%	47%	AA
2023	2.265.075	2.932.567	5.197.642	77%	44%	AA

Fonte: Celesc

Os diretores da Companhia destacam que os indicadores demonstrados na tabela anterior evidenciam que o endividamento líquido da Companhia no exercício social de 2024 representou 89% do Patrimônio Líquido ante 77% em 2023.

b. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Apesar da dívida total da empresa ter crescido em 2024, a Companhia demonstra plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores destacam que a gestão do capital tem como objetivo preservar a continuidade da Companhia no médio e longo prazo, assegurando retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, por meio da manutenção de uma estrutura financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a política de pagamento de dividendos, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento. Em linha com as práticas do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de alavancagem financeira.

As tabelas a seguir apresentam a evolução da dívida e das disponibilidades, bem como dos índices de alavancagem financeira, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para a Companhia e suas subsidiárias:

Empréstimos e Financiamentos – Consolidado (Valores em R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	1.979.385	1.974.665
Debêntures	2.223.622	1.196.606
Swap – Celesc Distribuição	70.230	-
Dívida Total	4.273.237	3.171.271
Disponibilidades	1.019.482	906.196
Dívida Líquida Total	3.253.755	2.265.075
Patrimônio Líquido	3.671.279	2.932.567
Capital Total (DL+PL)	6.925.034	5.197.642
Índice de Alavancagem Financeira (%)	47,0%	43,6%
Empréstimos e Financiamentos - Celesc Distribuição (Valores em R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023



Empréstimos e Financiamentos	1.979.385	1.974.665
Debêntures	2.186.219	1.155.018
Swap – Celesc Distribuição	70.230	-
Dívida Total	4.235.834	3.129.683
Disponibilidades	816.882	749.697
Dívida Líquida Total	3.418.952	2.379.986
Patrimônio Líquido	2.336.421	1.696.328
Capital Total (DL+PL)	5.685.143	4.076.314
Índice de Alavancagem Financeira (%)	59,4%	58,4%
Empréstimos e Financiamentos - Celesc Geração (Valores em R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	37.403	41.588
Dívida Total	37.403	41.588
Disponibilidades	105.722	99.828
Dívida Líquida Total	(68.319)	(58.240)
Patrimônio Líquido	830.909	780.786
Capital Total (DL+PL)	762.590	722.546
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-9,0%	-8,1%

Fonte: Celesc

Percebe-se que há um aumento do índice de alavancagem financeira no Consolidado (47,0% em 2024 ante 43,6% em 2023), porém mantém-se resguardada a saúde financeira da companhia. A capacidade de geração de caixa, medida pelo EBITDA, aumentou 37,5% em relação a 2023, devido ao maior resultado decorrente das atividades operacionais da Companhia, conforme demonstra a tabela a seguir, em R\$ mil:

Ano	EBITDA	Disponibilidade	Dívida Bruta	Dívida Líquida	Dívida Líquida/EBITDA	Dívida Bruta/EBITDA
2023	1.139.704	906.196	3.171.271	2.265.075	1,99	2,78
2024	1.567.207	1.019.482	4.273.237	3.253.755	2,08	2,73

Fonte: Celesc

O indicador Dívida Líquida/EBITDA de 2024 reflete a capacidade de pagamento da dívida em termos de geração anual de caixa, indicando que em 2024 seriam necessários 2,08 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) para quitar o saldo devedor, valor superior ao de 2023 quando fez 1,99. Já o indicador Dívida Bruta/EBITDA registra 2,73, inferior ao ano de 2023, quando assinalava 2,78. Estes índices estão em linha com o mercado e são constantemente acompanhados e monitorados pela Diretoria Executiva em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que, em determinadas condições, podem resultar na exigência de pagamento antecipado destas obrigações. No cálculo do indicador Dívida Líquida/EBITDA, considera-se o EBITDA ajustado, excluindo o resultado das participações societárias da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir:



	2024 (R\$ mil)	2023 (R\$ mil)
EBITDA IFRS	1.567.207	1.139.704
Resultado das Participações Societárias	65.565	57.121
EBITDA ajustado	1.501.642	1.082.583
Dívida Líquida	3.253.755	2.265.075
Dívida Líquida/EBITDA (covenants)	2,17	2,09

Fonte: Celesc

Ressalta-se que a subsidiária Celesc Distribuição emitiu R\$ 800 milhões em debêntures em novembro de 2023. Já em julho de 2024, foram R\$1.200 milhões.

Amortizações Anuais (valores em R\$ mil)							
		Celesc D	AV (%)	Celesc G	AV (%)	Consolidado	AV (%)
Curto Prazo	2025	308.426	7,4%	6.356	16,7%	314.782	7,5%
	2026	354.487	8,5%	6.356	16,7%	360.843	8,6%
Longo Prazo	2027	383.324	9,2%	6.356	16,7%	389.680	9,3%
	2028	523.797	12,6%	6.356	16,7%	530.153	12,6%
	2029 a 2043	2.594.747	62,3%	12.711	33,3%	2.607.458	62,0%
	Total	4.164.781		38.135		4.202.916	

Fonte: Celesc (dez/2024)

*Fluxo acima considera somente as amortizações pré-swap

A tabela anterior descreve o plano de amortização da Companhia e suas subsidiárias, sendo que cerca de 93% da dívida se concentra no longo prazo. O custo médio ponderado da Dívida da Companhia em 2024 (até dezembro) foi de 13,22%, sendo o prazo médio ponderado de pagamento de 10,13 anos (121 meses).

c. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias demandam recursos para honrar seus compromissos de curto prazo oriundos de suas atividades operacionais, bem como da realização de investimentos em sua área de concessão.

Os Diretores destacam que as operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios e captações no mercado financeiro mediante empréstimos ou emissões de títulos como Debêntures, Notas Promissórias, entre outros instrumentos. Além disso, a Companhia mantém um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizado em outubro de 2018, no valor de 276 milhões de dólares.

Conforme citado anteriormente, a Companhia emitiu, em novembro de 2023, R\$ 800 milhões em debêntures, sendo: (i) R\$ 400 milhões (primeira série) à taxa de CDI+1,65% a.a., com prazo de vencimento de cinco anos a partir da emissão (até novembro de 2028); e (ii) R\$ 400 milhões (segunda série) atualizado pelo IPCA + 6,5279% a.a., com prazo de vencimento de sete anos a partir da data de emissão (até novembro de 2030).



Em julho de 2024, a Companhia emitiu R\$ 1,2 bilhão em debêntures, sendo: (i) R\$ 200 milhões (primeira série) remunerados à taxa de CDI+0,95% a.a., com vencimento em sete anos (julho de 2031); e (ii) R\$ 1 bilhão (segunda série) atualizado pelo IPCA + 6,9534%, com vencimento em dez anos (julho de 2034).

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Celesc, assim como outras empresas do setor, recorre regularmente ao mercado financeiro para captar recursos, atendendo à necessidade de capital de giro decorrente de suas atividades operacionais, incluindo os custos com compra e distribuição de energia elétrica.

No curso regular dos seus negócios, os segmentos de geração e distribuição de energia demandam investimentos significativos. As fontes de recursos utilizadas pela Companhia para financiá-los são, notadamente: geração de caixa operacional, empréstimos, financiamentos e emissões de títulos de dívida. Sendo assim, conforme mencionado, em 2024, a Companhia realizou uma emissão de debêntures para atender às necessidades de financiamento de suas atividades e fortalecer seu fluxo de caixa, conforme detalhado a seguir.

1. Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da companhia.

Empréstimos Bancários

Em 16 novembro de 2023, mediante a emissão de Notas Comerciais Escriturais, foi contratado um montante de R\$ 200,0 milhões, junto aos bancos ABC, Inter, BMG e Daycoval. A remuneração foi estabelecida à taxa equivalente ao CDI + 1,85% a.a. O pagamento do principal e dos juros foi efetuado em parcela única no dia 24 de novembro de 2023.

Em 24 de fevereiro de 2022 foi contratada Cédula de Crédito Bancário (CCB) Agro, no valor total de R\$ 550 milhões, com 36 meses de prazo total, sendo os primeiros 18 meses de carência, e os outros 18 meses de amortizações semestrais. A taxa de juros desse contrato é de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2024 foi realizado o 2º aditamento do contrato prevendo amortização em 8 (oito) parcelas semestrais entre agosto de 2025 e fevereiro de 2029, alongando o pagamento da dívida e suavizando o cronograma de amortização.

Em janeiro de 2019 foi contratada Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor total de R\$ 335 milhões, com 36 meses de prazo total, sendo os primeiros 18 meses de carência, e os outros 18 meses de amortizações mensais. A taxa de juros desse contrato é de CDI + 0,80% a.a. Em novembro de 2024 foi celebrado o 3º aditamento ao contrato, prevendo a amortização do saldo devedor de R\$ 93 milhões em 10 parcelas semestrais, iniciando-se em junho de 2025.



2. Debêntures

As debêntures são títulos de dívida que conferem aos investidores um direito de crédito contra a companhia emissora. A Celesc utiliza esse instrumento com o objetivo de alongar o perfil da dívida, captando recursos para o médio e longo prazo. A seguir, os Diretores apresentam as principais debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias (Celesc Distribuição e Celesc Geração) em 2024 e em exercícios anteriores.

Debêntures – Exercício 2024

Debêntures Celesc Distribuição

Em 15 de julho de 2024, a Celesc Distribuição emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando R\$ 1,2 bilhão. As debêntures são da espécie quirografária, conforme o artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, as debêntures contam com garantia fidejussória, por meio da qual a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, deve cumprir cláusulas contratuais (*covenants*), incluindo a manutenção do índice Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,5. O descumprimento dessa obrigação pode resultar no vencimento antecipado da totalidade da dívida.

A composição das debêntures está assim detalhada: (i) R\$ 200 milhões (primeira série) remunerados à taxa de CDI+0,95% a.a., com vencimento em sete anos (julho de 2031); e (ii) R\$ 1 bilhão (segunda série) atualizado pelo IPCA + 6,9534% a.a., com vencimento em dez anos (julho de 2034).

Debêntures – Exercícios Anteriores

Debêntures Celesc Distribuição

A Celesc D emitiu, em 15 de abril de 2021, 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando R\$ 550 milhões, com vencimento para 15 de abril de 2026. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa. As debêntures são da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória. A Celesc Holding prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Os juros remuneratórios correspondem a CDI + 2,6 % ao ano.



Em 15 de novembro de 2023, a Celesc Distribuição emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série (Debêntures Institucionais) e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série (Debêntures Incentivadas), no valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando R\$ 800,0 milhões.

As Debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem preferência, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória, por meio da qual a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, deve cumprir cláusulas contratuais (*covenants*), incluindo a manutenção do índice Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,5. O descumprimento dessa obrigação pode resultar no vencimento antecipado da totalidade da dívida.

As composições das debêntures estão assim detalhadas: (i) R\$ 400 milhões (primeira série) remunerados à taxa de CDI+1,65% a.a., com vencimento em cinco anos (novembro de 2028); e (ii) R\$ 400 milhões (segunda série) atualizados pelo IPCA + 6,5279% a.a., com vencimento em sete anos (novembro de 2030).

Debêntures Celesc Geração

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc Geração emitiu 37.000 (trinta e sete mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando R\$ 37,0 milhões. A atualização monetária está atrelada à variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi realizada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. As debêntures contam com garantia fidejussória, por meio da qual a Celesc Holding assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. As debêntures possuem prazo de dez anos a partir da data de emissão, com juros remuneratórios de 4,30% ao ano, até a data do efetivo pagamento. O pagamento de juros teve início em junho de 2021, enquanto a amortização do principal começou em dezembro de 2023, ambos realizados de forma semestral e consecutiva. Até 30 de dezembro de 2024, foram pagos R\$ 7,31 milhões em juros e R\$ 9,30 milhões em amortização do principal. A Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures a manutenção do índice Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,50. O descumprimento dessa obrigação pode implicar no vencimento antecipado da totalidade da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$ 68,3 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida nulo para a relação. A Celesc Geração faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

SWAP 2024 – Debêntures Celesc Distribuição

A Companhia contratou, em 15 de outubro de 2024, instrumento financeiro derivativo classificado como *swap* referente à 6ª e a 7ª emissão de debêntures (séries incentivadas). O *swap* da 6ª emissão de debêntures teve início



na data de contratação e o vencimento está previsto para 18 de novembro de 2030, sendo que valor negociado foi de R\$ 427.804.722,50 (quatrocentos e vinte e sete milhões, oitocentos e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) e envolve a troca dos fluxos de pagamento de IPCA + 6,5279% ao ano para CDI - 0,1550% ao ano, tendo como objetivo principal a proteção contra riscos associados à variação daquele índice de preços.

Já o Swap da 7ª emissão de debêntures teve início na data de contratação e o vencimento está previsto para 17 de julho de 2034. O valor negociado foi de R\$ 1.020.619.354,66 (um bilhão, vinte milhões, seiscentos e dezenove mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) e envolve a troca dos fluxos de pagamento de IPCA + 6,9534% ao ano para CDI + 0,29% ao ano, tendo como objetivo principal, também, a proteção contra riscos associados à variação daquele índice de preços.

3 Eletrobrás

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

4 Finame

Os recursos dessas contratações foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros de 6% a 9,5% a.a. Estavam previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Os contratos de Finame foram liquidados em setembro de 2024. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

5 BNDES - Geração

Em 18 de abril de 2024, foi assinado contrato de financiamento entre a Celesc Geração S.A e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$ 214.404.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos e quatro mil reais). O crédito total do financiamento está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas, para a ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e para a reativação da central hidrelétrica Maruim, todas localizadas em Santa Catarina. O quadro abaixo apresenta a proposta de financiamento, destacando a taxa e o prazo para cada um dos subcréditos. Ao longo de 2024 não houve liberação de recursos.

	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim
Valor (R\$)	3.730.000,00	10.098.000,00	3.658.000,00	191.808.000,00	5.110.000,00
Taxa (a.a.)	IPCA + 6,98 %	IPCA + 6,98 %	IPCA + 6,98 %	IPCA +7,09%	IPCA +7,08%
Prazo Total	129 meses	129 meses	129 meses	202 meses	202 meses
Prazo para Utilização dos Recursos	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/12/2026	Até 15/04/2025
Carência para amortização e juros	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/12/2026	Até 15/04/2025



Prazo para Amortização	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2040	Até 15/12/2040
-------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

6 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc Distribuição e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491). O valor total da operação é de US\$ 276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses. A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de *spread*, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos. O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D. As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial. A opção de conversão em moeda nacional e a taxa de juros do contrato, mencionadas anteriormente, foram mantidas em todas as liberações. Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos, sendo a última tranche no valor de US\$ 14,22 milhões, os quais foram convertidos utilizando a taxa de câmbio de R\$ 5,152 por dólar, resultando no valor de R\$ 73,3 milhões. Em consonância com o contrato estabelecido, a empresa optou por ajustar a taxa de juros aplicada a esta tranche, que passou a ser CDI + 0,70% a.a. Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de dezembro de 2024, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,89 a.a.
28.01.2019	9.704.328,10	CDI + 0,89 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 0,94 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,77 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,14 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,80 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,88 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,16 a.a.
26.06.2023	28.500.000,00	CDI + 0,71 a.a.
30.04.2024	14.221.000,00	CDI + 0,70 a.a.

Fonte: Celesc

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;



No item acima foram detalhadas as principais fontes de captação utilizadas pela empresa.

A tabela abaixo apresenta as principais fontes de financiamento da Celesc nos últimos dois exercícios:

Empresa	Contratos	Data de Emissão	Taxa (a.a.)	Saldo em 31/12/2023 (R\$ mil)	Saldo em 31/12/2024 (R\$ mil)	Garantia
Celesc Distribuição	Eletrobrás - D	Jan. /13	5,00%	1.237	364	Recebíveis
Celesc Distribuição	Finame - D	Jul. /12 a dez/15	6,00%	267	0	Recebíveis
Celesc Distribuição	Capital de Giro XII - D	Abr/19	CDI + 0,80%	93.228	93.193	Recebíveis
Celesc Distribuição	Capital de Giro XIII - D	Fev/22	CDI + 1,65%	576.760	577.028	Recebíveis + Fidejussória
Celesc Distribuição	Debêntures 4º - D	Abr/21	CDI + 2,60%	357.968	204.609	Fidejussória
Celesc Distribuição	BID - D	Out/18	CDI + 1,24%	1.303.170	1.308.800	Fidejussória
Celesc Distribuição	Debêntures 6º - D - S1	Nov/23	CDI + 1,65%	402.740	403.914	Fidejussória
Celesc Distribuição	Debêntures 6º - D - S2	Nov/23	IPCA + 6,5279%	394.309	392.925	Fidejussória
Celesc Distribuição	Debêntures 7º - D - S1	Jul/24	CDI + 0,95%	-	207.521	Fidejussória
Celesc Distribuição	Debêntures 7º - D - S2	Jul/24	IPCA + 6,9534%	-	977.331	Fidejussória
Celesc Distribuição	SWAP - 6ª - S2		CDI + 0,16%	-	16.896	-
Celesc Distribuição	SWAP - 7ª - S2		CDI + 0,29%	-	53.334	-
Celesc Geração	Debêntures 3º - G	Dez/20	IPCA + 4,30%	41.588	37.403	Fidejussória
Celesc Geração	BNDDES	Abr/24	IPCA + 6,98% a IPCA + 7,09%	0	0	Recebíveis + Fidejussória
Total				3.129.679	4.273.318	

Fonte: Celesc

Em novembro de 2023, a Companhia emitiu R\$ 800 milhões em debêntures, sendo R\$ 400 milhões em debêntures institucionais com taxa de CDI + 1,65 a.a. e R\$ 400 milhões em debêntures conforme regras de lei 12.431 (debêntures incentivadas), atualizados pelo IPCA + 6,5279% a.a.

Em julho de 2024, a Companhia emitiu R\$ 1,2 bilhão em debêntures, sendo R\$ 200 milhões em debêntures institucionais com taxa de CDI + 0,95 a.a. e R\$ 1,0 bilhão em debêntures conforme regras de lei 12.431 (debêntures incentivadas), atualizado pelo IPCA + 6,9534% a.a.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Os Diretores informam que não há relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, além daquelas já descritas no item 2.1 (e) e (f).

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;



Do ponto de vista das garantias, as dívidas da Companhia são reais ou fidejussórias, sendo garantidas por recebíveis e/ou aval, respectivamente, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima. No caso do financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as garantias são prestadas pela União Federal e pelo Governo de Santa Catarina.

Cabe salientar que as debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado e automático, as quais são acionadas caso haja vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira da companhia.

(vi) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário.

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias, empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante à alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica. Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 e o quinto termo aditivo estabelecem que seja vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, faz-se também necessária a autorização expressa do órgão regulador à concessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão, conforme legislação vigente e suas adequações.

Já no que se refere às exigências contratuais das dívidas do Grupo, elencam-se, por exemplo, a 4ª emissão de debêntures da Celesc Distribuição e o financiamento contratado entre a Celesc Geração e o BNDES, ambos com restrição de não ultrapassar uma relação Dívida Líquida/EBITDA de 3,0. Já a 3ª emissão de debêntures da Celesc Geração, a 6ª e a 7ª emissão de debêntures da Celesc Distribuição possuem o limite de 3,50 para esse indicador. Assim, no que diz respeito às exigências contratuais de empréstimos e financiamentos, cada contrato possui características e exigências próprias. Não há restrição à distribuição de dividendos se a Celesc estiver adimplente com os contratos.

f. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Conforme já destacado acima, o grupo Celesc possui diversos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, captados no mercado financeiro objetivando suprir a necessidade do fluxo de caixa de curto prazo.

No que diz respeito às debêntures incentivadas, foram comprovados investimentos em infraestrutura de distribuição no valor de R\$ 872 milhões: R\$ 400 milhões referentes à 6ª emissão e R\$ 472 milhão referentes à 7ª emissão. Restam R\$ 528 milhões a serem investidos em 2025 relacionados à 7ª emissão. Além disso, foram investidos R\$ 37 milhões em infraestrutura de geração referentes a 3ª emissão da Celesc Geração.

No que se refere ao contrato com o BNDES, ainda não foi recebido nenhum valor do financiamento.



Além disso a Companhia tem um contrato de financiamento junto ao BID no valor de US\$ 276 milhões. Esses recursos estão sendo utilizados em projetos de investimentos no sistema de distribuição de energia da subsidiária Celesc Distribuição.

Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os Diretores informam que os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com o IFRS.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$ mil)

	2024	AV %	2023	AV %	AH %
Receita Operacional Bruta	16.407.239	100%	15.793.180	100%	3,9%
Fornecimento de Energia Elétrica	6.650.988	40,5%	5.979.762	37,9%	11,2%
Suprimento de Energia Elétrica	337.363	2,1%	421.769	2,7%	-20,0%
Ativo Regulatório	278.405	1,7%	701.778	4,4%	-60,3%
Energia de Curto Prazo	243.480	1,5%	247.554	1,6%	-1,6%
Disponibilização de Rede Elétrica	7.044.141	42,9%	6.661.613	42,2%	5,7%
Doações e Subvenções	746.891	4,6%	669.310	4,2%	11,6%
Renda de Prestação de Serviços	660	0,0%	832	0,0%	-20,7%
Serviço Taxado	5.031	0,0%	12.282	0,1%	-59,0%
Receita Financeira	84.040	0,5%	80.338	0,5%	4,6%
Outras Receitas	30.505	0,2%	20.587	0,1%	48,2%
Receita de Construção	985.735	6,0%	997.355	6,3%	-1,2%
Deduções da Receita Operacional	(5.748.381)	-35,0%	(5.390.572)	-34,1%	6,6%
ICMS	(2.170.426)	-13,2%	(1.996.139)	-12,6%	8,7%
PIS/COFINS	(1.220.171)	-7,4%	(1.179.335)	-7,5%	3,5%
CDE	(2.248.423)	-13,7%	(2.109.325)	-13,4%	6,6%
P&D	(48.621)	-0,3%	(47.363)	-0,3%	2,7%
PEE	(47.409)	-0,3%	(46.117)	-0,3%	2,8%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(10.686)	-0,1%	(10.040)	-0,1%	6,4%
Outros Encargos	(2.645)	0,0%	(2.253)	0,0%	17,4%
Receita Operacional Líquida	10.658.858	100%	10.402.608	100,00%	2,5%
Custos e Despesas operacionais	(9.504.632)	-89,2%	(9.634.626)	-92,6%	-1,3%
Energia Comprada para Revenda e Encargos	(6.908.642)	-64,8%	(6.839.008)	-65,7%	1,0%
Pessoal e Administradores	(797.359)	-7,5%	(761.610)	-7,3%	4,7%
Despesa Atuarial	(143.173)	-1,3%	(145.446)	-1,4%	-1,6%
Material	(64.131)	-0,6%	(68.654)	-0,7%	-6,6%
Serviço de Terceiros	(362.238)	-3,4%	(371.212)	-3,6%	-2,4%
Depreciação e Amortização	(347.416)	-3,3%	(314.601)	-3,0%	10,4%
Provisão	(373.276)	-3,5%	(514.763)	-4,9%	-27,5%
Reversão de Provisão	165.306	1,6%	119.836	1,2%	37,9%



Outras Receitas/Despesas	312.032	2,9%	258.187	2,5%	20,9%
Custo de Construção	(985.735)	-9,2%	(997.355)	-9,6%	-1,2%
Resultado Equivalência Patrimonial	65.565	0,6%	57.121	0,5%	14,8%
Resultado das Atividades - EBIT	1.219.791	11,4%	825.103	7,9%	47,8%
Margem das Atividades (%)	11,4%		7,9%		
EBITDA (R\$ mil)	1.567.207	14,7%	1.139.704	11,0%	37,5%
Margem EBITDA (%)	14,7%		10,8%		
Resultado Financeiro	(287.364)	-2,7%	(141.788)	-1,4%	102,7%
Receita Financeira	410.698	3,9%	680.604	6,5%	-39,7%
Despesa Financeira	(698.062)	-6,5%	(822.392)	-7,9%	-15,1%
LAIR	932.427	8,7%	683.315	6,6%	36,5%
IR e CSLL	(169.150)	-1,6%	(131.541)	-1,3%	28,6%
IR e CSLL Diferidos	(47.475)	-0,4%	5.260	0,1%	-1002,6%
Lucro Líquido	715.802	6,7%	557.034	5,4%	28,50%

Fonte: Celesc

RECEITA OPERACIONAL BRUTA: apresentou aumento de 3,9% no período, salientando:

- (i) **Fornecimento de Energia Elétrica: elevação de 11,2%** referente à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos;
- (ii) **Suprimento de Energia Elétrica: redução de 20,0%** referente à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos;
- (iii) **Ativo/Passivo Financeiro Regulatório/Setorial:** decréscimo de 60,3% no Ativo Regulatório. Ressalta-se que a tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos gerenciáveis). Os itens da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, são variações com compras de energia, encargos setoriais e outras, a serem incluídos nas tarifas futuras em função de reajustes tarifários. Contabiliza-se ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos efetivamente incorridos e homologados. Quando os custos homologados nas tarifas são inferiores aos custos incorridos, a mensuração é positiva e há um crédito na receita decorrente de um direito a receber (ativo setorial). Quando estes custos são superiores, registra-se uma obrigação (passivo setorial) em contrapartida ao débito na receita de ativo regulatório (setorial). A apresentação nas demonstrações se dá de forma líquida;
- (iv) **Energia de Curto Prazo: retração de 1,6%.** A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para



posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD);

- (v) **Disponibilidade da Rede Elétrica: ampliação de 5,7%.** São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria concessionária por meio de suas atividades;
- (vi) **Receita de Construção: diminuição de 1,2%.** A receita de construção aplicada pela Celesc Distribuição tem em sua contrapartida os custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Na demonstração de resultado é neutralizada pelo custo de construção, não tendo efeito no resultado.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS: verifica-se diminuição de 1,3%. O Custo com Energia aumentou 1,0% e as Despesas Operacionais contraíram 7,1%.

RESULTADO FINANCEIRO: decréscimo de 102,7%. A Receita Financeira diminuiu 39,7% e as Despesas 15,1% no período.

LUCRO LÍQUIDO e EBITDA: aumento de 28,5% no Lucro e 37,5% no EBITDA no período.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido de Exercício	715.802	557.034	715.802	557.034
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(754.347)	(591.906)	1.210.300	1.060.330
Depreciação e Amortização	2.210	2.223	347.416	314.601
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	79.952	56.721
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	(746.585)	(580.229)	(65.565)	(57.121)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	-	-	(30.020)	(20.586)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	-	1.849	1.111
Juros e Variações. Monetárias	(3.604)	(15.558)	503.397	443.974
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	(5.872)	(157)	(104.743)	34.990
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i>	-	-	(1.742)	332
Despesas Atuariais	-	-	143.173	145.446
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	-	652	1.013
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamento Líquidos	-	-	(48)	(14)
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	-	-	9.384	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	194.010	93.920



Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	-	-	(84.040)	(80.338)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(496)	1.815	216.625	126.281
(Aumento) Redução nos Ativos	(4.928)	(15.378)	(325.363)	607.221
Contas a Receber	-	-	(453.043)	(278.563)
Tributos a Recuperar	(9.116)	(17.594)	63.221	482.910
Depósitos Judiciais	4.137	2.056	9.925	43.054
Estoques	-	-	1.838	(3.251)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)	-	-	112.563	390.317
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	-	-	1.623	(4.007)
Outras Variações nos Ativos	51	160	(61.490)	(23.239)
Aumento (Redução) nos Passivos	(18.814)	(32.873)	(782.397)	(1.396.888)
Fornecedores	64	538	(96.379)	72.579
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	345	282	(26.044)	(25.282)
Tributos a Recolher	(19.177)	(33.668)	8.951	(92.336)
Passivos Financeiros Setoriais	-	-	(447.544)	(196.062)
Taxas Regulamentares	-	-	(65.340)	(17.824)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	-	1.153	(848.880)
Benefícios a Empregados	-	-	(283.628)	(259.252)
Passivo Bônus Escassez Hídrica	-	-	3	2
Outras Variações no Passivo	(46)	(25)	126.431	(29.833)
Juros Pagos	(26)	(23)	(356.279)	(335.933)
IR e CSLL Pagos	(68)	(3.009)	(180.373)	(41.470)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	(62.381)	(86.155)	281.690	450.294
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Adições Ativo Imobilizado	-	-	(34.244)	(53.162)
Adições Ativo de Contrato	-	-	(985.735)	(997.355)
Adições Ativo Intangível	-	-	-	(24)
Integralização de Capital	-	-	-	(152)
Recebimento Principal Mútuo D	-	-	-	-
Dividendos e JCP Recebidos	314.190	274.340	64.925	41.011
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento	314.190	274.340	(955.054)	(1.009.682)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	(67.966)	(203.259)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	-	-	72.809	337.655
Ingressos de Debêntures	-	-	1.165.608	787.094
Custos na Liquidação de Debêntures	-	-	-	-
Pagamento de Debêntures	-	-	(159.767)	(206.510)
Pagamento de Derivativos	-	-	(1.401)	-
Pagamento de JCP e Dividendos	(211.369)	(179.469)	(211.369)	(179.469)
Pagamento Passivo de Arrendamento	(233)	(250)	(11.264)	(10.611)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(211.602)	(179.719)	786.650	524.900
Aumento (Redução) líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa	40.207	8.466	113.286	(34.488)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.671	48.205	906.196	940.684
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	40.207	8.466	113.286	(34.488)

Fonte: Celesc



A Companhia encerrou 2024 com R\$ 1.019 milhões em Caixa, uma variação de 12,5% em relação ao mesmo período de 2023.

- (i) **Tributos a Recuperar:** a variação decorre da compensação de tributos com crédito homologado pela Receita Federal do Brasil (RFB), referente ao direito à repetição do indébito de Pis/Cofins em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo desses tributos, conforme decisão do STF. Além disso, a variação dos saldos de IRPJ e CSLL também impactou o montante registrado.

Em relação à repetição do indébito de Pis/Cofins, em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma ação pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Confins a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional. Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida, houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado em 26 de maio de 2022 e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensação dos tributos vencidos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D classificou para o ativo circulante o crédito de PIS e de Cofins com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

- (ii) **Ativos Financeiros:** a variação da rubrica é resultado, principalmente, da variação da Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA relativa ao negócio de Distribuição (Nota explicativa 13.1). Com relação ao negócio de Geração, o saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL, pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR, e a atualização monetária pelo IPCA.
- (iii) **Tributos Diferidos:** do total de R\$ 697,8 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$ 802,5 do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc Distribuição, enquanto que o passivo diferido de R\$ 104,7 milhões se refere à Celesc Geração.



- (iv) **PIS/COFINS a Restituir a Consumidores:** a Celesc Distribuição adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos definidos pela ANEEL.

No processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, foi incluída a devolução do valor integral dos créditos relativos à primeira ação judicial pela Celesc Distribuição aos consumidores, no montante de R\$ 806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% na tarifa. Desta forma, na contabilização da empresa, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

No entanto, a metodologia de atualização dos valores utilizada pela ANEEL foi divergente da regra tributária na qual a Celesc, alinhada à legislação tributária vigente e conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022, atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões. Sobre a diferença, no valor de R\$ 27,9 milhões, foi constituído um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Passivo Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022 de forma precária. A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da Consulta Pública - CP nº 05/2021, com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão.

- (v) **Juros Pagos:** Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$ 503,2 milhões. As debêntures totalizaram R\$ 192,3 milhões, sendo R\$ 1,3 milhões desse total referente às custas com debêntures incorridas em 2024.
- (vi) **Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível:** os investimentos foram realizados em conformidade ao Orçamento de Capital aprovado pela Companhia para o ano de 2024. Na Celesc Distribuição, R\$ 773,5 milhões foram utilizados pela área técnica para viabilizar obras de ampliação e melhoria do sistema e R\$ 88,0 milhões foram investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização de equipamentos de medição.
- (vii) **Ingressos de Empréstimos:** em abril de 2024, a Celesc recebeu a última tranche do financiamento BID, no valor de R\$ 72,8 milhões. Em 15 de julho de 2024, a Celesc Distribuição emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando R\$ 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais).



2.2 – Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

A Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC atua nos segmentos de Distribuição, Geração, Transmissão de energia e, mais recentemente, no segmento de Comercialização de energia, tendo como principal atividade a Distribuição. A atividade de Distribuição, nos últimos dois anos, foi responsável por mais de 95% da Receita Líquida da empresa. Conseqüentemente, a Celesc Geração possui menor participação, mas não menos importante, em relação ao Lucro Líquido do grupo.

A receita no segmento de Distribuição é proveniente do faturamento do consumo de energia pelos consumidores da área de concessão da Celesc Distribuição e também da receita relacionada à cobrança da tarifa pelo uso da rede de distribuição (TUSD). As tarifas cobradas dos consumidores são estabelecidas pelo órgão regulador (ANEEL), sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia. A quantidade de energia vendida varia, principalmente, em função de fatores externos, tais como, temperatura, massa salarial e atividade econômica da área de concessão.

A receita do segmento de Geração é proveniente da venda da energia gerada nas usinas e da comercialização atacadista e varejista de energia. A Celesc Geração possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais doze em operação comercial e uma em operação teste. Também possui, em operação comercial, seis empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota e outros três projetos em construção sendo todas localizadas no estado de Santa Catarina. A Celesc Geração detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. No segmento de transmissão, a empresa detém participação minoritária em uma SPE em parceria com a EDP – Energias do Brasil. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2024, a capacidade total de geração da Celesc Geração, em operação comercial, foi de **136,51 MW, sendo 125,27 MW referentes ao parque próprio, dos quais 116,27 MW provenientes do parque gerador de fonte hídrica e 9,00 MW provenientes do parque gerador de fonte solar, e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros** - já proporcionalizada a participação acionária da Celesc Geração nesses empreendimentos.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

Segundo os Diretores da Companhia os principais itens que afetaram a receita nos exercícios de 2024 e 2023 foram conforme segue:

Receita Bruta e Receita Operacional Líquida 2024 e 2023

A Receita Operacional Bruta (ROB) no exercício de 2024 foi de R\$ 16,4 bilhões, valor superior ao realizado no mesmo período de 2023, que foi de R\$ 15,8 bilhões. Destaca-se, entre outros fatores, o aumento significativo na



receita de fornecimento de energia e disponibilização da rede elétrica, resultado do crescimento de mercado e dos reajustes tarifários positivos em 2023 e 2024. Frisa-se, também, a diminuição de 60,3% no ativo regulatório (formação de CVA), 20,0% no suprimento e de 1,6% na receita de energia de curto prazo em razão da queda do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) na CCEE.

A Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia reflete o desempenho da subsidiária Celesc Distribuição, apresentando acréscimo de 2,5% em relação a 2023 (R\$ 10,4 bilhões), fechando o exercício de 2024 em R\$ 10,7 bilhões. A desproporcionalidade das variações entre a ROB e a ROL é justificada pela natureza da receita afetada. Os impactos da Disponibilização de rede Elétrica (+5,7%) na subsidiária Celesc Distribuição proporcionaram um aumento na ROB entre os períodos analisados sem, no entanto, ter a mesmo aumento nos tributos deduzidos para o cálculo da ROL, pois essa receita não tem incidência de ICMS.

Receita Operacional Bruta (ROB) – Valores em R\$ milhões						
	Consolidado		Celesc Distribuição		Celesc Geração	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Bruta	16.407,24	15.793,18	16.205,34	15.597,80	211,09	204,22
Fornecimento de Energia Elétrica	6.650,99	5.979,76	6.624,73	5.952,56	26,334	27,3
Suprimento de Energia Elétrica	337,36	421,77	253,88	336,33	88,894	90,56
Ativo Regulatório	278,41	701,78	278,41	701,78		
Energia de Curto Prazo	243,48	247,55	232,17	241,54	11,311	6,02
Disponibilização de Energia Elétrica	7.044,14	6.661,61	7.047,85	6.665,22		
Doações e Subvenções	746,89	669,31	746,89	669,31		
Renda de Prestação de Serviços	0,66	0,83	0,63	0,83		
Serviço Taxado	5,03	12,28	5,03	12,28		
Receita Financeira	84,04	80,34	0,00		84,04	80,34
Outras Receitas	30,51	20,59	30,02	20,586	0,514	
Receita de Construção	985,74	997,335	985,74	997,335		
Deduções da Receita Operacional	(5.748,38)	(5.390,57)	(5.726,72)	(5.369,42)	(21,16)	(21,16)
Receita Operacional Líquida	10.658,86	10.402,61	10.478,62	10.228,38	183,05	183,06

Fonte: Celesc

A Celesc Distribuição apresentou variação positiva de 3,9% da ROB no período analisado, tendo como os principais destaques: (i) redução de 60,3% no Ativo Regulatório (constituição líquida de CVA); (ii) ampliação significativa de 5,7% em 2023 da Receita de Disponibilidade de Rede elétrica (TUSD), registrando R\$ 7.047,8 milhões, influenciada, sobretudo, pelo impacto positivo do reajuste tarifário anual de agosto de 2023, e também pelo crescimento de mercado observado no período; (iii) acréscimo expressivo de 11,3% no Fornecimento de Energia, registrando R\$ 6.624,7 milhões em 2024 ante R\$ 5.952,5 milhões em 2023, resultado, fundamentalmente, do aumento do faturamento, e (iv) decréscimo de 3,9% na Energia de Curto Prazo, consequência, principalmente, da diminuição na venda de energia excedente no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE).



Na Celesc Geração, o reflexo mais significativo para aumento da ROB (3,4%) está relacionado com o aumento da energia de curto prazo (+87,9%) e também do reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são registrados nesse grupo. Estas receitas foram de R\$ 80,3 milhões em 2023 para R\$ 84,1 milhões em 2024, configurando acréscimo 4,6%, aproximadamente.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais apresentaram redução de 1,3% em relação ao ano anterior, somando R\$ 9.504,6 milhões em 2024 ante 9.634,6 milhões em 2023.

R\$ Milhões	2024	2023	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.504,6)	(9.634,6)	-1,3%
Custos com Energia Elétrica – Não Gerenciáveis	(6.908,6)	(6.839,0)	1,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.908,6)	(6.839,0)	1,0%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(1.054,9)	(1.088,7)	-3,1%
Pessoal e Administradores	(940,5)	(907,1)	3,7%
Material	(64,1)	(68,7)	-6,6%
Serviços de Terceiros	(362,2)	(371,2)	-2,4%
Outras Receitas / Despesas	312,0	258,2	20,9%
Provisões líquidas	(208,0)	(394,9)	-47,3%
Depreciação / Amortização	(347,4)	(314,6)	10,4%
Custo de Construção	(985,7)	(997,4)	-1,2%

Fonte: Celesc

Os principais itens que impactaram na redução dos custos e despesas operacionais no período foram:

I. Acréscimo de 1,0% nos custos de energia decorrente do: (i) aumento de 0,2% na energia comprada na subsidiária Celesc Distribuição; (ii) ampliação de 3,8% no Encargo de Uso do Sistema de Transmissão na subsidiária Celesc Distribuição; (iii) aumento de 87,2% no preço médio na energia de origem térmica; (iv) diminuição de 0,4% no preço médio da energia de origem hídrica;

II. Diminuição de 3,1% nas despesas com PMSO (Despesas Operacionais Gerenciáveis), destacando: (i) expansão de 3,7% nas despesas com pessoal, decorrente dos Acordos Coletivos realizados em outubro de 2023 e 2024 e do PDI (Programa de Demissão Incentivada) vigente nos últimos anos;

III. Retração de 7,1% no MSO na subsidiária Celesc Distribuição, correspondente às despesas com serviços de terceiros, sobretudo as relacionadas à limpeza e conservação, combustíveis, vigilância e manutenção de veículos.

R\$ Milhões	Acumulado 12 Meses		
	2024	2023	Δ
Pessoal - Total	(940,5)	(907,1)	3,70%
Pessoal e Administradores	(797,4)	(761,6)	4,70%



Pessoal e Encargos	(762,9)	(729,5)	4,60%
Previdência Privada	(34,5)	(32,1)	7,30%
Despesa Atuarial	(143,2)	(145,4)	-1,60%
PDI	(0,9)	(11,2)	-92,1%
Total de Despesa Pessoal sem PDI	(939,6)	(895,8)	4,9%

Fonte: Celesc (Dezembro 2024)

Programa de Desligamento Incentivado – PDI

O programa de desligamento incentivado faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

O último PDI realizado (PDI 2021) teve seu prazo estendido até maio de 2023, e contou com um total de 197 saídas. A edição vigente (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023 e os desligamentos iniciaram em novembro de 2023.

Desde a implantação do programa até 31 de dezembro de 2024, ocorreram 1.274 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$ 500,6 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa, classificados por ano:

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI
		(R\$ /Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	63	11.208
2024	34	883

Fonte: Celesc

EBITDA e Lucro Líquido

	Consolidado		Distribuição		Geração	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Líquida	10.658.858	10.402.608	10.478.617	10.228.383	189.436	183.051
EBITDA	1.567.207	1.139.704	1.410.710	1.010.242	125.289	105.349
Lucro líquido	715.802	557.034	591.104	440.160	103.149	95.654

Fonte: Celesc



Conforme demonstrado, o EBITDA Consolidado do exercício de 2024 atingiu o valor de R\$ 1.567,2 milhões, resultado 37,5% superior ao verificado em 2023, que foi de R\$ 1.139,7 milhões. A evolução do indicador no período está relacionada ao desempenho de suas subsidiárias, Celesc Distribuição e Celesc Geração. Já o Lucro Líquido Consolidado foi de R\$ 715,8 milhões, representando um aumento de 28,5% se comparado ao exercício de 2023.

O EBITDA da Celesc Distribuição somou R\$ 1.410,7 milhões, alta de 39,6% em relação ao período anterior, destacando-se: (i) geração de Parcela B; (ii) impacto positivo com o controle de Perdas; (iii) redução dos gastos gerenciáveis, especialmente impactado pela diminuição das despesas com PMSO decorrentes da retração dos gastos com Material e Serviços de Terceiros. Ressalta-se no período o Lucro Líquido de R\$ 591,1 milhões, representando um aumento de 34,3% se comparado ao exercício de 2023.

A Celesc Geração encerrou o exercício de 2024 com EBITDA de R\$ 125,3 milhões, indicador 18,9% superior ao realizado em 2023, ano em que se verificou o impacto negativo da repactuação do risco hidrológico. Analogamente, o lucro foi 7,8% maior, totalizando R\$ 103,1 milhões em 2024 versus R\$ 95,6 milhões de 2023. Os fatores que determinaram a redução do lucro no período já foram detalhados na redução do EBITDA no período comparativo.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores ressaltam que a receita de fornecimento da Companhia é impactada principalmente pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão e regulados pela ANEEL, e por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica.

A seguir, comentam-se as principais variáveis que tiveram impacto sobre a receita em 2024.

Valor da Tarifa

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas, sendo que mais de 95% da receita líquida total do grupo provém da distribuição de energia elétrica. Nesse sentido, a administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina atua de forma estratégica para manter um relacionamento aberto e construtivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Governo Federal e outros agentes do setor, de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, equilibrando os interesses da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui somente uma subsidiária de Distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores.

Abaixo descreve-se o processo de revisão/reajuste tarifário de 2024 e 2023 da Celesc Distribuição.

Reajuste Tarifário Anual 2024 – Resolução homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024



A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374 e Nota Técnica 126, autorizou o reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc Distribuição a partir de 22 de agosto de 2024.

O reajuste tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e deste valor é deduzido o Fator X, para capturar os ganhos de produtividade, conforme metodologia adota pela ANEEL.

No processo de Reajuste Tarifário de 2024 da Celesc Distribuição, a ANEEL considerou os custos associados ao fornecimento de energia, transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a Companhia não tem gerência, apenas repassando os custos já incorridos e projetados. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários. No reajuste tarifário deste ano, o efeito médio percebido pelos consumidores foi na ordem de 3,02%. A Parcela A (Custos não gerenciáveis) foi responsável por -3,12% sendo: -1,21% de Encargos Setoriais; -2,72% de Custos de Transmissão; 0,78% de custos com energia e 0,03% de Receita Irrecuperável. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 0,55% do reajuste tarifário. Na composição da Receita Líquida, a Parcela A (Custos não Gerenciáveis) participa com 79,2% e a Parcela B (Custo Gerenciável) com 20,8%, definida no valor de R\$2,519 bilhões.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário.

Participação no Reajuste Tarifário 2024 (Resolução Homologatória ANEEL 3.374/2024)		
	Encargos Setoriais	-1,21%
	Custos de Transmissão	-2,72%
Parcela A	Compra de Energia	0,78%
	Receitas Irrecuperáveis	0,03%
	Total Parcela A	-3,12%
	Parcela B	0,55%
Reajuste Econômico (IRT)		-2,57%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		6,66%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		3,02%

Fonte: Celesc

Reajuste Tarifário Anual 2023 – Resolução homologatória nº 3.244/2023 e Nota Técnica nº 78/2023

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.244 e Nota Técnica 78, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc Distribuição a partir de 22 de agosto de 2023.

No processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL considerou os custos associados ao fornecimento de energia, transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a



Companhia não tem gerência, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários.

No reajuste tarifário deste ano o efeito médio percebido pelos consumidores foi na ordem de 2,30%. A Parcela A (Custos não gerenciáveis) foi responsável por 3,16% sendo: 1,31% de Encargos Setoriais; 3,15% de Custos de Transmissão; -1,20% de custos com energia e -0,09% de Receita Irrecuperável. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 0,69% do reajuste tarifário.

Na composição da Receita Líquida, a Parcela A (Custos não Gerenciáveis) participa com 80,6% e a Parcela B (Custo Gerenciável) com 19,4%.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário.

Participação no Reajuste Tarifário 2023 (Resolução Homologatória ANEEL 3.244/2023)		
Parcela A	Encargos Setoriais	1,31%
	Custos de Transmissão	3,15%
	Compra de Energia	-1,20%
	Receitas Irrecuperáveis	-0,09%
	Total Parcela A	3,16%
Parcela B		0,69%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		3,85%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-6,42%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		4,87%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		2,30%

Fonte: Celesc

Faturamento de Bandeira Tarifária

O sistema de Bandeiras Tarifárias, implementado em 2015, permite ajustar dinamicamente o repasse dos custos adicionais da geração de energia aos consumidores. Antes, esses custos eram repassados apenas durante o reajuste tarifário anual ou nas revisões tarifárias periódicas/extraordinárias. O Governo acredita que a sinalização correta dos preços pode conscientizar a sociedade e os consumidores sobre a importância do uso racional de recursos naturais limitados e os impactos ambientais e econômicos do uso ineficiente da energia.

A bandeira verde foi acionada de janeiro a junho de 2024 devido às condições favoráveis de geração de energia, sem acréscimo na fatura de energia. Em julho, foi acionada a bandeira amarela, em agosto voltou a bandeira verde e, em setembro, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada. Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT) repassados à Celesc D de janeiro a dezembro de 2024 foram de R\$ 78,2 milhões. Em 5 de março de 2024, a ANEEL aprovou o desfecho da Consulta Pública nº 26/2023 referente aos valores das Bandeiras Tarifárias para o ciclo 2024/2025. A decisão, naquele momento, foi tomada em razão do cenário hidrológico propício e da grande oferta de energia renovável no país, além da queda nos preços dos combustíveis fósseis no mercado internacional. A proposta de redução para a bandeira amarela foi de quase 37%, passando de



R\$ 29,89/MWh para R\$ 18,85/MWh. Para a bandeira vermelha, patamar 1, a redução foi de 31,3%, de R\$65/MWh para R\$ 44,63/MWh, e para o patamar 2 foi de quase 20%, de R\$ 97,95/MWh para R\$ 78,77/MWh.

Parcela A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic. Conforme regra contábil, os ativos e passivos financeiros da “Parcela A” – CVA são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado.

Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão da Celesc Distribuição atingiu 29.468 GWh em 2024, crescimento de 5,4% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). O desempenho foi impactado, principalmente, pelas classes Residencial, Industrial e Comercial, com acréscimo de 9,6%, 4,0% e 5,6%, respectivamente, no comparativo anual. No Mercado Cativo, o aumento foi de 1,4% conforme tabela abaixo.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Companhia foi de 3.465.509 em dezembro de 2024, com crescimento de 2,1% em relação ao mês de dezembro do ano anterior, o mesmo crescimento observado no Mercado Cativo, que registrou 3.462.263 unidades consumidoras. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Número Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)		
	Dez/23	Dez/24	Δ	2023	2024	Δ
Mercado Cativo	3.390.504	3.462.263	2,1%	16.004	16.227	1,4%
Residencial	2.680.287	2.745.937	2,4%	7.098	7.777	9,6%
Industrial	136.985	140.885	2,8%	2.081	1.909	-8,3%
Comercial	317.251	323.887	2,1%	3.282	3.266	-0,5%
Rural	222.865	218.737	-1,9%	1.000	969	-3,1%
Suprimento de energia	5	10	100,0%	1.152	899	-22,0%
Demais Classes	33.111	32.807	-0,9%	1.390	1.408	1,3%
Poder Público	27.101	26.923	-0,7%	474	508	7,2%
Iluminação Pública	1.245	1.303	4,7%	589	578	-1,9%
Serviço Público	4.308	4.248	-1,4%	312	306	-2,1%
Consumo Próprio	457	333	-27,1%	15	16	8,8%
Consumidores Livres	2171	3.246	49,5%	11.963	13.241	10,7%
Industrial	1.039	1.630	56,9%	9.055	9.669	6,8%
Comercial	1.024	1.466	43,2%	1.580	1.866	18,2%
Rural	12	20	66,7%	43	54	27,3%
Suprimento	48	56	16,7%	1.165	1.500	28,7%
Serviço Público	48	74	54,2%	120	151	25,1%
Mercado Total	3.392.675	3.465.509	2,1%	27.967	29.468	5,4%
Residencial	2.680.287	2.745.937	2,4%	7.098	7.777	9,6%
Industrial	138.024	142.515	3,3%	11.136	11.578	4,0%



Comercial	318.275	325.353	2,2%	4.862	5.132	5,6%
Rural	222.877	218.757	-1,8%	1.043	1.024	-1,8%
Suprimento	53	66	24,5%	2.318	2.399	3,5%
Demais Classes	33.159	32.881	-0,8%	1.510	1.558	3,2%

Fonte: Celesc

Perdas na Distribuição

As Perdas de Energia correspondem às perdas totais, englobando as perdas técnicas, que é o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia compreendido entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nesta parcela de perdas não técnicas são considerados, portanto: os furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, dentre outros.

O acompanhamento das perdas de energia é realizado por meio do índice percentual que calcula a razão entre a energia faturada e a energia injetada (medida) no acumulado de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresenta-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos.

Ao final do ano de 2024, o Índice de Consolidado de Perdas Regulatórias sobre a Energia Injetada foi de 8,26%. Já as Perdas Totais efetivas da Companhia registraram percentual de 7,23%, sendo 5,56% de perdas técnicas e 1,67% de perdas não técnicas, abaixo, portanto do limite regulatório.

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Limite ANEEL (Acumulado 12M) *
Descrição	%	%	%	%	%	%
Perdas na Distribuição	6,96%	7,04%	7,31%	7,41%	7,23%	8,26%
Perdas Técnicas	5,74%	5,57%	5,48%	5,49%	5,56%	5,79%
Perdas Não Técnicas	1,22%	1,47%	1,83%	1,92%	1,67%	2,48%

* Acumulado dos 12 meses do Limite Regulatório.

Ressalta-se que em 2024 houve um ganho financeiro de R\$ 108,5 milhões em relação à cobertura tarifária, sendo R\$ 40,3 milhões abaixo da cobertura em perdas técnicas, R\$ 65,8 milhões abaixo da cobertura tarifária em perdas não técnicas e R\$ 2,4 milhões abaixo da cobertura em perdas na rede básica.

Salienta-se que, no caso das perdas de rede básica, não há gerência por parte da Distribuidora, uma vez que são perdas na transmissão e dependem, fundamentalmente, da geração no subsistema de origem e do intercâmbio de energia de outros subsistemas. Frisa-se também que as perdas de rede básica são avaliadas pela ANEEL de forma anual, coincidente com o reajuste tarifário da Distribuidora.

Gestão da Inadimplência

No final de 2024, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentra a maioria das ações de cobrança), considerada como proporção da ROB (Receita Operacional Bruta acumulada 3 meses), apresentou



aumento de aproximadamente **6,80 pontos percentuais** em relação ao quarto trimestre de 2023 e redução de **3,67 pontos percentuais** em relação ao terceiro trimestre de 2024. Já o valor da inadimplência acima de 90 dias, apresentou acréscimo de **0,50 ponto percentual** relativamente ao quarto trimestre de 2023 e **0,21 ponto percentual** comparativamente ao segundo trimestre de 2024. Por fim, a inadimplência total aumentou **0,85 ponto percentual** na comparação com quarto trimestre de 2023 e **0,09 ponto percentual** na comparação com segundo trimestre de 2024, conforme tabelas a seguir.

Inadimplência	Inadimplência até 90 dias										
	4T23		1T24		2T24		3T24		4T24		
	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	Variação 4T24/4T23
Total	277.437	8,36%	378.055	9,92%	545.034	15,60%	588.001	18,84%	531.583	15,17%	6,80 p.p.
ROB 1º a 3º mês	3.316.457		3.811.825		3.493.968		3.121.175		3.504.522		

Inadimplência	Inadimplência Acima de 90 dias										
	4T23		1T24		2T24		3T24		4T24		
	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	Variação 4T24/4T23
Total	492.075	0,84%	503.819	0,86%	536.552	0,90%	684.976	1,14%	815.967	1,35%	+0,50 p.p.
ROB 4º a 60º mês	57.684.549		57.827.057		58.970.799		59.873.560		60.320.677		

Inadimplência	Inadimplência Total										
	4T23		1T24		2T24		3T24		4T24		
	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB	Variação 2T24/2T23
Total	769.512	1,27%	881.875	1,43%	1.081.587	1,72%	1.272.977	2,02%	1.347.550	2,11%	+0,85 p.p.
ROB 1º ao 60º mês	61.001.006		61.638.882		62.464.767		62.994.735		63.825.199		

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Os Diretores destacam que todas as operações da Companhia se encontram no território nacional. Dessa maneira, o desempenho geral da economia brasileira e da economia catarinense afetam a demanda por energia elétrica e a inflação impacta nos custos e margens, pois afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras. Já a depreciação da moeda brasileira eleva os custos de aquisição de energia elétrica da hidrelétrica de Itaipu, além de reduzir em dólar (ou euro) o montante de dividendos a ser distribuído aos acionistas ou mesmo o equivalente em dólares (ou euros) ao preço de mercado de nossas ações ordinárias. Abaixo nossos Diretores destacam os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciaram o resultado operacional e financeiro da Companhia em 2024:

- **PIB:** O desempenho do PIB influencia diretamente a demanda por energia elétrica. Em 2024, o PIB apresentou um crescimento de 3,4%.



- **Inflação:** impacta os custos e as despesas operacionais, além de influenciar alguns contratos de dívida. Seu efeito reflete no aumento dos custos e na redução das margens de lucro, elevando o valor de encargos financeiros e outros custos corrigidos. Embora parte desses custos seja recuperável na tarifa por meio do mecanismo da “Parcela A”, há um intervalo de tempo até a aplicação do reajuste tarifário. Em 2024, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 4,83%, em comparação aos 4,62% registrados em 2023, segundo o IBGE.
- **Taxa de Câmbio:** reflete no custo de energia comprada de Itaipu, no preço do gás natural na participada SCGÁS e também no contrato de dívida firmado com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizado em 2018, no valor de US\$ 276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares), com prazo para amortização de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses e carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A variação do câmbio, conforme destacado acima, também influencia a energia comprada pela Celesc proveniente de Itaipu, visto que o preço é referenciado em dólar, participando em média com 14,0% do *mix* da energia total (MWh) comprada no ano de 2024. A taxa de câmbio tem ainda o efeito de influenciar setores industriais catarinenses, impactando na demanda por energia. O Câmbio referenciado na moeda americana (Dólar) variou positivamente 26,06% em 2024.

- **Taxa de Juros (SELIC/CDI):** a maior parte da dívida financeira da companhia está vinculada ao CDI. O CDI funciona como balizador do mercado financeiro, servindo como base para as operações de captações no mercado de renda fixa. Já a Selic (definida pelo COPOM – Selic Meta/Selic *Target*) é definida para servir como uma espécie de ponto de equilíbrio da economia, representada pelas operações com títulos públicos, sendo usual que a Selic e o CDI caminhem juntos. Isso ocorre porque os próprios empréstimos entre bancos feitos por meio de CDIs também consideram a Selic como referência. Haja vista o exposto acima, o mercado fechou 2024 com taxa de juros Selic (básica definida pelo COPOM) em 12,25%, valor acima do fechamento de 2023 quando registrou 11,75% ao ano.

Impacto do PIB, Inflação, Câmbio nas Classes de Consumo

- **Classe Residencial e Comercial**

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes são: o nível de emprego, a massa salarial e os extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

- **Classe Industrial**

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto (PIB) e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial apresenta alta volatilidade e, sem dúvida, representa um termômetro para avaliar retração/expansão econômica nacional e mundial.

- **Efeitos localizados na Companhia**



Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambiguidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis. Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque, também, as contas de Títulos e valores mobiliários circulantes, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos. Uma parcela significativa desses itens encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças, além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

2.3 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2, referente ao exercício de 2024.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalva e ênfase no Parecer do Auditor Independente da Cia, referente ao exercício de 2024.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

De acordo com o comunicado ao mercado publicado em 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do grupo Celesc aprovou a alienação da participação acionária que a sua subsidiária integral Celesc Geração S.A. detém na EDP Transmissão Aliança SC S.A., mediante o exercício do direito de venda conjunta (*tag along*) previsto no Acordo de Acionistas celebrado entre os sócios Celesc Geração e EDP – Energias do Brasil.

Cabe ressaltar que a concretização do negócio está condicionada à conclusão de trâmites necessários, incluindo aprovações regulatórias e cumprimento de formalidades legais.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:



a) informar o valor das medições não contábeis

	2024
EBITDA	1.567.207

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	2024
Lucro/Prejuízo líquido	715.802
IRPJ e CSLL corrente e diferido	216.625
Resultado financeiro	287.364
Depreciação e amortização	347.416
EBITDA	1.567.207

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, em português LAJIDA – Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização é um indicador de desempenho operacional.

Como o indicador considera apenas as atividades operacionais da Companhia, permite melhor compreensão do desempenho operacional, ou seja, seu potencial de geração de caixa operacional. Além disto, ao desconsiderar itens não recorrentes e a influência de fatores externos, permite melhor análise da evolução da eficiência operacional da Companhia entre diferentes períodos, bem como entre empresas do mesmo ramo.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Venda Conjunta de Participação Acionária da Celesc Geração S.A.

Em 23 de dezembro de 2024, a EDP Brasil comunicou ao mercado a celebração de um contrato de compra e venda com o SKYLINE Fundo de Investimento em Participações, gerido pela Actis, para alienação da totalidade de sua participação (90%) na linha de transmissão EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Lote 21), sujeita a condições suspensivas regulatórias e outras condições habituais para uma operação desta natureza.

Em observância ao direito de venda conjunta previsto no Acordo de Acionistas, em 20 de janeiro de 2025, a EDP Brasil notificou a Celesc Geração S.A., informando-a da possibilidade de exercer tal direito e descrevendo os termos e condições da oferta, devendo, para isso, manifestar sua intenção num prazo de 30 dias.

Em reunião extraordinária, realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. analisou a possibilidade da venda conjunta (*tag along*) dos 10% da participação de sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A., nesse empreendimento, aprovando a decisão de



exercer esse direito que lhe é garantido e encaminhando o assunto para os devidos procedimentos legais e administrativos.

Em ato contínuo, no dia 21 de fevereiro de 2025, a Celesc Geração S.A. informou oficialmente a EDP Brasil sobre a intenção de exercer o direito da venda conjunta (*tag along*) mencionado. Cabe ressaltar, contudo, que a concretização do negócio está condicionada à conclusão dos trâmites necessários, incluindo aprovações regulatórias e cumprimento de formalidades legais.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

A Retenção de Lucros está prevista no Art. 196 da Lei 6.404/76. Os lucros retidos têm por objetivo exclusivo o autofinanciamento da empresa e, portanto, se dará como referência a um orçamento de capital proposto pela administração e previamente aprovado pelos acionistas.

O Estatuto Social da Companhia, transcrito a seguir, dispõe sobre a retenção de lucros, após devidas destinações e retenções:

Art 59 - §2º- O saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nela prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 54 deste Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

b) regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia, transcrito a seguir dispõe sobre a distribuição de dividendos.

Artigo 59 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

§1º – Do lucro líquido do exercício serão destinados: a) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, calculados na forma da lei, podendo ser imputados a esse, o pagamento de juros sobre o capital próprio, se houver; b) 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado à composição da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 60 - Os dividendos serão distribuídos obedecida a ordem abaixo:

- a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

§1º – Uma vez distribuídos os dividendos previstos nas alíneas “a” e “b” do caput deste artigo, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais.



§2º – O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanço semestrais ou intermediários.

§3º – As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

A Companhia, a critério da administração, eventualmente, poderá praticar um *payout* (percentual de distribuição do lucro líquido) acima do previsto estatutariamente.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia realiza a distribuição de dividendos mediante pagamento em até 2 (duas) parcelas por ano. Eventualmente, a critério da administração e em atenção ao planejamento tributário da Empresa, quando há benefício fiscal, realiza-se o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, conforme artigo 57 do Estatuto Social, transcrito a seguir:

Artigo 61 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista no § 2º do artigo 60 deste Estatuto para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos.

Artigo 62 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo Único – Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

Artigo 63 - Compete à Assembleia Geral fixar, anualmente, os limites de participação dos administradores nos lucros da Companhia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 190 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Prorrogação do Contrato de Concessão da Celesc Distribuição S.A

A Centrais Elétricas de Santa Catarina, através de sua subsidiária integral Celesc Distribuição S.A, assinou, em 08.12.2015, junto ao Ministério de Minas e Energia, o Quinto termo aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 56/1999. O novo aditivo prorroga o prazo de concessão por 30



anos e impõe condicionantes de eficiência à distribuidora perante a qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira.

Entre as cláusulas de sustentabilidade econômico-financeiras, está a limitação de distribuição de dividendos a 25% do lucro líquido quando do descumprimento, por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, dos parâmetros mínimos definidos no aditivo, durante todo o prazo de concessão.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada na Reunião do Conselho de Administração de 28.06.2018, podendo ser consultada no site da Companhia: (<http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>).

Estatuto Social: (<http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/estatuto-social/>).

2.8- Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores ressaltam que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidadas para o exercício findo em 2024.

Os Diretores ressaltam que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidadas para o exercício findo em 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores destacam os contratos realizados referentes às compras e vendas de energia, vigentes nos próximos exercícios, a partir de 2025.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores ressaltam que não há contratos de construção não terminada, não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidadas para o exercício findo em 2024.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos



Os Diretores ressaltam que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidadas para o exercício findo em 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores acentuam que não há outros itens relevantes, não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidadas para o exercício findo em 2024.

2.9- Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os Diretores destacam que quando acontecer a transação referente aos contratos de futura compra e venda de energia, os montantes devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, como custos operacionais ou receitas operacionais.

b. natureza e o propósito da operação

Os Diretores enfatizam que os contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços descritos no item 2.8-ii, são decorrentes e estão alinhados com a execução da atividade operacional da Companhia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

(i) Contratos de Futura Venda de Energia

Na Celesc Geração, os contratos futuros de venda, vigentes a partir do exercício de 2025, totalizam R\$ 356 milhões em receitas e possuem término previsto até dezembro de 2045.

R\$ 356.090.310,35

(ii) Contratos de Futura Compra de Energia

Na Celesc Distribuição destacam-se os contratos de compra, iniciados a partir de 2026, com vigência até 2027, com montante estimado de despesa de R\$ 388 milhões.

R\$388.192.185,57

Na Celesc Geração, destacam-se os contratos de compra, iniciados a partir de 2025, com vigência até 2033, com montante estimado de despesa de R\$ 198 milhões.

R\$ 198.766.710,00

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:



a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Investimentos

As tabelas a seguir descrevem os investimentos total e líquido (sem participação do consumidor) realizados em 2023 e 2024 nas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

R\$ Milhões	Investimentos		
	2023	2024	Δ
Geração de Energia Elétrica	53,3	34,2	-35,8%
Distribuição de Energia Elétrica	1.263,7	1.230,5	-2,6%
Total Consolidado	1.317,0	1.264,7	-3,4%
<i>Participação Financeira do Consumidor / Doações</i>	(266,4)	(244,7)	
Investimento Líquido Celesc - Recursos Próprios	1.050,6	1.019,95	-2,9%

Fonte: Celesc

Celesc Distribuição

O total investido pela subsidiária Celesc Distribuição, R\$ 1.230,5, foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc Distribuição. Deste valor, R\$ 985,7 milhões foram efetuados com recursos próprios (sendo R\$ 914,4 milhões em materiais e serviços, R\$ 71,3 em mão de obra própria) e R\$ 244,7 milhões foram efetuados com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

Dos investimentos realizados em 2024, R\$1.111,2 milhões foram destinados para compor a Base de Ativos Regulatórios (*Regulatory Asset Base – RAB*) da Companhia, os quais totalizaram 91,6% do *CAPEX Total*, conforme demonstração a seguir:

- Linhas de Distribuição e Subestações no valor de R\$ 359,8 milhões – 32,4% do *CAPEX RAB*;
- Redes de Distribuição e Telecomunicação no valor de R\$ 679,8 milhões – 61,2% do *CAPEX RAB*;
- Comercialização e Medição no valor de R\$ 65,4 milhões – 5,9% do *CAPEX RAB*;
- Outros Investimentos no valor de R\$ 6,2 milhões – 0,6% do *CAPEX RAB*.

Além disso, ressaltamos que a Celesc Distribuição realizou em 2024 investimentos obrigatórios de R\$ 25,5 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e R\$ 33,0 milhões em Eficiência Energética.

Celesc Geração

Em 2024, os investimentos da Celesc Geração somaram R\$ 34,2 milhões, sendo todo valor aplicado na Geração Própria. Ressalta-se que os investimentos no parque gerador próprio destinam-se à ampliação, melhoria,



automação e modernização das usinas, redução dos custos operacionais, dando maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas.

Dos investimentos realizados, destacam-se: (i) UFV Capivari (R\$ 12,2 milhões); (ii) UFV Lages (R\$ 4,5 milhões); (iii) UFV Videira (R\$ 4,7 milhões); (iv) CGH Maruim (R\$ 3,8 milhões); UHE Garcia (R\$ 2,5 milhões) e PCH Celso Ramos (R\$ 1,6 milhões). Frisa-se que em 2024 foram investidos R\$ 23 milhões em Projetos Solares Fotovoltaicos.

Projetos em Expansão e Novos Negócios

1) Projetos em Expansão

A Empresa possui uma carteira de projetos de ampliação/reativação das usinas próprias. Quanto à garantia física (nova ou incremental), busca-se obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reativação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Status
CGH Maruim	São José/SC	*	-	1,00	1,00	Operação em Teste
UHE Salto	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	Análise MME
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	5,57	9,40	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
Total - MW			43,11	34,82	77,93	

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os nossos Diretores afirmam que as principais fontes de financiamento dos nossos investimentos foram e deverão continuar sendo a capacidade de geração de caixa da Companhia, além da obtenção de empréstimos e financiamentos por intermédio de instituições financeiras e do Mercado de Capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Conforme informado anteriormente, em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do grupo Celesc aprovou a alienação da participação acionária que a sua subsidiária integral Celesc Geração S.A. detém na EDP Transmissão Aliança SC S.A., mediante o exercício do direito de venda conjunta (*tag along*) previsto no Acordo de Acionistas celebrado entre os sócios Celesc Geração e EDP – Energias do Brasil.

Cabe ressaltar que a concretização do negócio está condicionada à conclusão de trâmites necessários, incluindo aprovações regulatórias e cumprimento de formalidades legais.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;



Em 2024 não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciasse a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços:

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados;**

Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

Em novos negócios, buscando a diversificação de atuação em fontes renováveis, uma diretriz de seu Plano Diretor, a Celesc, em 2022, iniciou a atuação em geração distribuída solar fotovoltaica. O direcionamento estratégico da Empresa aponta para a abertura de novos modelos de negócio que possam aumentar as receitas extra Distribuição e dentre eles está o segmento em Geração Distribuída (GD), tendo em vista as perspectivas de crescimento desse segmento.

O Plano de Negócio em Geração Distribuída prevê a implantação de até 14,6 MW médios em projetos solares fotovoltaicos na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Os projetos que se encontram em implantação são listados abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Prev. Entrada em Operação	Status
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Out/2024	Energizada
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Abr/2025	Em construção
UFV Modelo I e II	Modelo/SC	2,00	Abr/2025	Em construção
Total - MW		6,00		

A UFV Videira, prevista para entrar em operação em outubro de 2024, foi efetivamente energizada no mês de outubro de 2024. Contudo, cabe destacar que as usinas fotovoltaicas concebidas no modelo de geração distribuída não possuem tramitação regulatória, portanto, não existe ato autorizativo pelo poder concedente. Assim, sob o ponto de vista técnico, a entrada em operação está associada à liberação concedida pela distribuidora à qual estará ligada a UFV, após a realização da vistoria.

Comercialização de Energia

Além dos projetos de geração e transmissão de energia elétrica, a Celesc Geração, desde sua constituição, realiza a comercialização da energia elétrica produzida pelo parque gerador próprio e de algumas de suas participadas. Mais recentemente, em atendimento às diretrizes estratégicas, buscando a diversificação dos negócios do Grupo de forma a propiciar novas receitas, maximizando os benefícios de sua presença territorial, a Companhia aprovou o Plano de Negócio de Comercialização de Energia, que amplia a atuação da Celesc G nesse segmento.



Ressalta-se que, em 24/01/2024, a **Celesc Geração** obteve a **habilitação para atuar como Comercializador Varejista junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**, conforme deliberação da reunião nº 1379/2024 do Conselho de Administração. Dessa forma, a empresa poderá atender todos os clientes do Grupo A (alta e média tensão de fornecimento) que são elegíveis para migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL) na modalidade varejista, liberalização fundamentada na Portaria N° 50/2022 do Ministério de Minas Energia (MME). Estima-se que nacionalmente mais de 165 mil unidades consumidoras passaram a ser elegíveis para migração nesses termos, das quais aproximadamente 10 mil unidades consumidoras encontram-se no estado de Santa Catarina.

A estruturação da Celesc Geração como um Agente Comercializador Varejista de Energia segue as premissas do Plano Diretor da Companhia, bem como as tendências do setor elétrico. Desde 2006, a Empresa realiza as operações de comercialização no mercado livre atacadista, mas a entrada no mercado livre varejista constitui uma importante oportunidade para o Grupo Celesc, reforçando sua presença no setor, diversificando as fontes de receitas e maximizando os benefícios de sua presença territorial.

Assim, a Empresa vem se posicionando no segmento de comercialização de energia e negócios correlatos, demonstrando maior atuação junto ao mercado, especialmente o catarinense.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O montante investido em 2024 no projeto de fazendas solares foi de R\$ 23 milhões.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia avalia constantemente as oportunidades de negócios no segmento de energia renovável, pesquisando soluções inovadoras e eficientes para o mercado de energia limpa, alinhada aos constantes desafios ambientais e sociais que a sociedade atual tem enfrentado.

Diante destas mudanças, entende-se o papel de relevância da Companhia na transição para uma economia de baixo carbono, fomentando a sustentabilidade no setor e gerando valor para nossos clientes, colaboradores, acionistas e comunidade.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Foram alocadas, durante o exercício de 2024, as seguintes despesas com publicidade e propaganda:

Despesas com publicidade e propaganda

Esta despesa a partir de 2024 considera a equipe terceirizada de comunicação.

Celesc Holding: R\$ 1.218.675,09

Celesc Distribuição: R\$ 5.976.342,58

Celesc Geração: R\$ 516.054,75



Total: R\$ 7.711.072,42

Despesas com publicação legal

Celesc Holding: R\$ 276.567,52

Celesc Geração: R\$ 99.983,42

Celesc Distribuição: R\$ 4.303.675,11

Total: R\$ 4.680.226,05



IV – ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2025, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

Programa de Investimentos – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - 2025

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL – 2025

Denominação	Celesc D - R\$ mil	Celesc G - R\$ mil	Consolidado - R\$ mil	%Total
Destinação Total	1.326.002,00	122.454,00	1.448.456,00	100%
Ativos Elétricos	1.077.116,00		1.077.116,00	74,36%
Ativos Não Elétricos	151.279,00	1.556,00	152.835,00	10,55%
Apropriação de Mão de Obra	97.607,00	1.077,00	98.684,00	6,81%
Novos Negócios		85.300,00	85.300,00	5,89%
Ampliação de Usinas		22.580,00	22.580,00	1,56%
Usinas Próprias		11.941,00	11.941,00	0,82%

CAPEX Celesc Distribuição

A companhia prevê em seu orçamento a alocação de R\$ 1.326,0 milhões em Distribuição de energia elétrica. Desse total, R\$ 933,8 milhões serão destinados a obras de ampliação e melhoria do sistema elétrico, R\$ 97,5 milhões serão utilizados pela área comercial, principalmente para a instalação e modernização de equipamentos de medição, e R\$ 45,8 milhões serão destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para a operação técnica. Além disso, a empresa planeja investir R\$ 147,9 milhões na aquisição de *hardware* e *software* para a rede corporativa, R\$ 2,5 milhões em veículos e R\$ 0,8 milhão em equipamentos, ferramentas, mobiliários diversos e outros.

Cabe destacar que parte dos Investimentos realizados pela Companhia possui participação e/ou contrapartida do consumidor conforme regras regulatórias. Além do montante total de R\$ 1.326,0 milhões, estão previstos investimentos de R\$ 262,3 milhões com recursos provenientes do Convênio ICMS.

CAPEX Celesc Geração

Do montante de R\$ 122,5 milhões aprovados para 2025, serão investidos R\$ 85,3 milhões em Novos Negócios, R\$ 34,5 milhões na ampliação e melhorias das Usinas e R\$ 1,6 milhão em ativos não elétricos.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R\$ 98,6 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2025 totaliza o valor de R\$ 1.448,4 milhões.

V - DADOS DOS CANDIDATOS A CONSELHEIROS FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 7.3 A 7.6 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022

7.3. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Informações membros Conselho Fiscal												m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos		
a. nome	b. data de nascimento	c. profissão	d. CPF	e. Cargo eletivo a ocupar	f. data da eleição	g. data da posse	h. prazo do mandato	i. eleito pelo controlado.	j. Membro Independente	k. se exercendo mandatos consecutivos, data início 1º mandato	l. Principais experiências profissionais	Condenação criminal	Condenação adm CVM	Condenação judicial
Cláudio Rocha	28/08/1971	Administrador	812.349.709-10	Conselheiro Titular	30/04/2024	30/04/2024	Abril 2025	Sim	não	30/04/2024		Não há	Não há	Não há
Anderson Miguel Chaves de Cordeiro	02/04/1986	Advogado	041.619.489-30	Conselheiro Suplente	30/04/2024	30/04/2024	Abril 2025	Sim	não	28.04.2023		Não há	Não há	Não há
Fabiano de Souza	02/05/1977	militar	021.996.519-67	Conselheiro Titular	30/04/2025	30/04/2025	Abril 2025	Sim	não	30/04/2025		Não há	Não há	Não há
Lisandro José Fendrich	23/01/1977	Administrador	014.490.299-06	Conselheiro Suplente	28/04/2024	30/04/2024	Abril 2025	Sim	não	28.04.2023		Não há	Não há	Não há
João Paulo Gomes Vieira	04/07/1980	publicitário	008.392.409-45	Conselheiro Titular	30/04/2024	30/04/2024	Abril 2025	Sim	não	30.04.2024		Não há	Não há	Não há
Deyse Cristina L. Haviaras	17/03/1990	advogada	056.929.989-63	Conselheira Suplente	30/04/2025	30/04/2025	Abril 2025	Sim	não	30/04/2025		Não há	Não há	Não há



I. Principais experiências profissionais

Claudio Rocha

1997 - 2000 - Secretário Municipal de Turismo

2001 - 2004 - Chefe de Gabinete

2009 - 2009 - Conselheiro Cooperzém Cooperativa de Eletrificação Armazém

2011 - 2019 - Secretário Parlamentar Câmara dos Deputados.

2019 - 2022- Assessoria Parlamentar Senado Federal.

Anderson Miguel Chaves de Cordeiro

2023 - Atual - Chefe de Gabinete Casa Civil, Florianópolis/SC;

2022 - Atual - Conselheiro do Conselho Nacional do Programa de Transição Energética Justa (CTEJ) - Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), Brasília - DF;

2022 - Atual - Conselheiro Suplente Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular de SC, Florianópolis - SC;

2022 - Atual - Conselheiro Programa de Integridade e Compliance (SDE), Florianópolis - SC;

2021 - 2022 - Consultor Executivo Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), Florianópolis - SC;

2019 - Atual - Ponto Focal Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual - Controladoria Geral do Estado - CGE, Florianópolis - SC;

2019 - Atual - Conselheiro Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), Florianópolis/SC;

2019 - Atual - Membro da ABEMA Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA), Brasília - DF;

2019 - 2019 - Membro da Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social ALESC, Florianópolis - SC;

2018 - 2021 - - Consultor Jurídico Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florianópolis - SC;

2016 - 2018 - Assessor Jurídico Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florianópolis;

2015 - 2016 - Gerente de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florianópolis - SC;

2013 - Gerente de Relacionamento - Seguimento Exclusive Banco Bradesco SA, Florianópolis - SC;



2010 - Gerente Assistente - Pessoa Jurídica Banco Bradesco SA, Florianópolis - SC

Fabiano de Souza

Graduação em Direito, Especialista em Direito e Processo Civil, em Gestão Pública com ênfase à atividade de Bombeiro Militar; Mestrado Profissional em planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental.

Como oficial da Polícia Militar e, posteriormente, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), exerceu diversas funções administrativas e operacionais, internas e externas às referidas Corporações. Destaque para a passagem pelo comando da 3ª companhia do 5º Batalhão de Bombeiros Militar em Rio do Sul.

Chefe de Gabinete do Comando-Geral do CBMSC e Chefe da Assessoria Bombeiro Militar no Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina.

Em 2023 exerceu o cargo de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

Em 2024 assumiu a Secretaria de Proteção e Defesa Civil do Estado.

Secretaria de Proteção e Defesa Civil do Estado entre os anos de 2011 e 2018, nos cargos de Gerente de Operações, Diretor de Prevenção e Secretário-Adjunto da Pasta.

Lisandro José Fendrich

Diretor Administrativo Financeiro - Secretaria de Estado da Casa Civil

Gerente de Planejamento, Administração, Finanças e Contabilidade - Secretaria de Estado da Casa Civil.
Responsável pelo Controle Interno

Analista de Sistemas (concurado) - Prefeitura de São Bento do Sul - cedido ao Governo do Estado SC, 2001 – 2010

Professor universitário, coordenar de curso e chefe departamento - UNIVILLE – Campus São Bento do Sul. 2002 – 2006 - Professor universitário – EDESC/CEPLAN - São Bento do Sul.

João Paulo Gomes Vieira

2024 - Atual - Governo do Estado de Santa Catarina - Secretário Adjunto de Estado da Comunicação de Santa Catarina

2023 - Atual - Agência Califórnia Publicitário / Head Agência California / California Media House

2023 - California Media House CEO Brasil Media House & Head California Media House

2020 - 2023 - SMBB Agency & Brasil Media House CEO & Founder

2020 - Sambba CEO & Co-Founder 2010



Deyse Cristina Locatelli Haviaras

Assessor Técnico - consultoria jurídica – 2023 – atual

Analista Técnico em gestão – 2015 - 2016

Secretaria de Estado da Casa civil – técnico - 2019 - 2021

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não existe.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não existe.



**VI - INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME O ITEM 8 DO ANEXO C DA
RESOLUÇÃO CVM 80/2022**

8. Remuneração dos Administradores

A proposta de remuneração ora apresentada será referendada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em abril de 2025, no montante de até R\$ 16.251.467,76 para a remuneração dos Administradores, respeitando o disposto no Artigo 16, 27 e 28 do Estatuto Social da Centrais Elétricas de Santa Catarina e Artigo 152 da Lei 6.404/76, qual seja, fixando o montante global.

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário recebem remuneração direta, composta por honorários mensais e a contribuição da empresa ao INSS, e remuneração indireta e pós-emprego, composta pela participação no Plano de Saúde e Plano de Previdência Privada, respectivamente, enquanto ativos na Companhia.

Os membros da Diretoria Executiva percebem remuneração direta, composta: pelos honorários mensais; gratificação anual no valor do honorário mensal; vale alimentação; uma licença anual remunerada, por prazo não superior a 30 dias (trinta) dias e de forma não cumulativa, durante a qual possuem direito a uma remuneração equivalente à sua remuneração mensal acrescida de um terço e com a possibilidade da conversão de 10 dias em pecúnia. A Empresa concede ainda aos Diretores a participação em Plano de Previdência Privada, Plano de Saúde e auxílio funeral, enquanto ativos na Companhia. Concede também a contribuição da empresa ao INSS e o recolhimento de FGTS sob os honorários. A remuneração variável é composta pela Participação dos Resultados, seguindo os critérios do Contrato de Gestão e Resultados.

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à satisfação dos clientes, expansão dos negócios e retorno aos acionistas.

Conforme estabelecem a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral define o montante global para remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.



b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

No tocante à remuneração mensal individual, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário percebem respectivamente o equivalente a 20%, 15% e 20% da remuneração direta da Diretoria Executiva da Companhia, exceto para o Conselheiro da Administração se acumular o cargo de Diretor Presidente da Companhia, que não receberá a remuneração em questão.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário não recebem remuneração variável, percebendo somente o reembolso legal e obrigatório das despesas de locomoção aérea ou terrestre, dentro do território nacional, hospedagens e alimentação, necessárias ao comparecimento às reuniões dos respectivos Conselhos, Comitês de Assessoramento, visitas para diligências e ao desempenho de suas funções. As mencionadas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, tais como almoço e *coffee-break*, quando pagas diretamente pela Companhia constam do montante destinado a reembolso.

A parcela variável da remuneração individual dos Diretores (PLR) será responsabilidade do Conselho de Administração, conforme regramento estabelecido no Contrato de Gestão.

A Companhia oferece a possibilidade de inscrição em Plano Previdenciário e Plano de Saúde como benefícios pós-emprego e indireto, respectivamente, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária, passando a possuir paridade contributiva para o Conselho de Administração a partir da aprovação desta proposta de remuneração.

Não existe qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, adicional pago aos membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração pela participação nos demais Comitês do Conselho de Administração.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração faz a apreciação da proposta e após, conforme estabelecem a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social da Companhia, submete a aprovação da Assembleia Geral que aprova o montante global para remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A determinação da remuneração individual dos Administradores é baseada em estudos da área de recursos humanos sendo apresentados para apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração faz anualmente a apreciação dos valores de remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.



c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Remuneração da Diretoria Executiva
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa (honorário mensal)
Remuneração Variável: Participação nos Lucros e Resultados
Remuneração Indireta e Pós-emprego: Previdência Privada e outros
Remuneração do Conselho de Administração
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa (honorário mensal)
Remuneração Indireta e Pós-emprego: Previdência Privada e outros
Remuneração do Conselho Fiscal
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa (honorário mensal)
Remuneração Indireta e Pós-emprego: Previdência Privada e outros
Remuneração Comitê de Auditoria Estatutária
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa (honorário mensal)
Remuneração Indireta e Pós-emprego: Previdência Privada e outros

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A prática de remuneração utilizada pela Companhia é baseada em valores fixos e eventualmente variáveis. A remuneração fixa garante a competitividade e atratividade de profissionais altamente qualificados, já a variável, que é paga aos Diretores, é estabelecida com base em indicadores de desempenho.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Diretoria	80%	20%
Órgão	Remuneração Fixa	
Conselho de Administração	100%	
Conselho Fiscal	100%	
Comitê de Auditoria Estatutária	100%	

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A metodologia da remuneração fixa é baseada em estudos da área de recursos humanos sendo apresentados para apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Companhia, com limite global calculado pela variação do IPCA.

No que se refere ao cálculo da remuneração variável, o desempenho da Diretoria é medido e analisado criticamente, considerando os resultados dos indicadores de desempenho consignados no Contrato de Gestão e Resultados.



Em relação aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, percebem respectivamente o equivalente a 20%, 15% e 20% da remuneração direta da Diretoria Executiva da Companhia, exceto se o Conselheiro de Administração acumular o cargo de Diretor Presidente da Companhia, que não receberá a remuneração em questão.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Cada indicador de desempenho está vinculado a um objetivo estratégico da Companhia e tem uma meta a ser alcançada no período vigente do Contrato de Gestão. Os indicadores são corporativos: representativos da estratégia global e comuns a todos os Diretores.

ii. razões que justificam a composição da remuneração.

Garantir a competitividade e atratividade da Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia prevê a remuneração de todos os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Executiva, contudo, pode ocorrer, que não seja efetivada a remuneração por opção do próprio membro.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração é suportada pela própria Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão	DIRETORIA			
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	9	9	8	8
c. número de membros remunerados	9	8,42	8	8
d. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
· salário ou pró-labore	R\$ 6.501.452,19	R\$ 5.483.203,97	R\$ 4.675.905,41	R\$ 4.897.582,71
· benefícios diretos ou indiretos*	R\$ 298.301,34	R\$ 228.287,37	R\$ 214.071,41	R\$ 201.303,23
· participação em comitês				
· outros (encargos sociais)	R\$ 2.499.887,65	R\$ 1.639.410,88	R\$ 1.494.743,46	R\$ 1.418.436,61
ii. remuneração variável, segregada em:				



· bônus				
· participação em resultados (PLR)	R\$ 2.854.296,08	R\$ 1.615.097,02	R\$ 1.881.808,38	R\$ 1.714.644,99
· remuneração por participação em reuniões				
· comissões				
· outros (reembolsos legal e obrigatório de despesas de locomoção, alimentação e estadia, verba de representação)				
iii. benefícios pós-emprego**	R\$ 463.782,03	R\$ 403.043,00	R\$ 343.913,12	R\$ 393.019,19
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. remuneração baseada em ações				
TOTAL	R\$ 12.617.719,30	R\$ 9.369.042,24	R\$ 8.610.441,78	R\$ 8.624.986,73

* Benefícios Diretos e Indiretos: vale alimentação, plano Celos Saúde, auxílio funeral (somente Diretor empregado)

** Previdência Privada: contribuição somente enquanto ativo

*** Outros: refere-se às despesas incorridas com encargos sociais

a. órgão				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	11	11	11	11
c. número de membros remunerados	11	9	8,25	6
d. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
· salário ou pró-labore	R\$ 1.395.433,64	R\$ 1.075.804,56	R\$ 887.988,24	R\$ 739.971,98
· benefícios diretos ou indiretos	R\$ 71.631,67	R\$ 16.740,08	R\$ 5.628,42	R\$ 3.239,36
· participação em comitês				
· outros (encargos sociais)	R\$ 279.086,73	R\$ 215.160,49	R\$ 178.597,67	R\$ 147.994,72
ii. remuneração variável, segregada em:				
· bônus				
· participação em resultados (PLR)				
· remuneração por participação em reuniões				
· comissões				
· outros (reembolsos legal e obrigatório de despesas de locomoção, alimentação e estadia, verba de representação)	R\$ 240.000,00	R\$ 110.586,60	R\$ 101.469,26	R\$ 15.422,97
iii. benefícios pós-emprego	R\$ 69.771,68	R\$ 16.480,65	R\$ 4.232,04	R\$ 7.388,66
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. remuneração baseada em ações				
TOTAL	R\$ 2.055.923,72	R\$ 1.434.772,38	R\$ 1.177.915,63	R\$ 914.017,69



a. órgão				
CONSELHO FISCAL (CF)				
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	5	5	5	5
c. número de membros remunerados	5	4,75	4,08	4
d. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
· salário ou pró-labore	R\$ 475.716,01	R\$ 387.592,16	R\$ 288.390,64	R\$ 317.913,74
· benefícios diretos ou indiretos	R\$ 32.559,85			
· participação em comitês				
· outros (encargos sociais)	R\$ 95.143,20	R\$ 85.101,10	R\$ 69.274,38	R\$ 63.582,60
ii. remuneração variável, segregada em:				
· bônus				
· participação em resultados (PLR)				
· remuneração por participação em reuniões				
· comissões				
· outros (reembolsos legal e obrigatório de despesas de locomoção, alimentação e estadia, verba de representação)	R\$ 60.000,00	R\$ 1.845,42	R\$ 2.227,30	
iii. benefícios pós-emprego	R\$ 23.785,80			
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. remuneração baseada em ações				
TOTAL	R\$ 687.204,87	R\$ 474.538,68	R\$ 359.892,32	R\$ 381.496,34

a. órgão				
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA (CAE)				
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	5	5	5	5
c. número de membros remunerados	5	3,67	3,92	4
d. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
· salário ou pró-labore	R\$ 634.288,02	R\$ 434.763,29	R\$ 344.889,40	R\$ 441.859,42
· benefícios diretos ou indiretos	R\$ 32.559,85	R\$ 11.817,28	R\$ 4.659,26	
· participação em comitês				
· outros (encargos sociais)	R\$ 126.857,60	R\$ 86.952,50	R\$ 68.977,83	R\$ 96.227,88
ii. remuneração variável, segregada em:				
· bônus				
· participação em resultados (PLR)				
· remuneração por participação em reuniões				
· comissões				
· outros (reembolsos legal e obrigatório de despesas de locomoção, alimentação e estadia, verba de representação)	R\$ 65.200,00	R\$ 26.828,86	R\$ 16.332,84	R\$ 7.465,47
iii. benefícios pós-emprego	R\$ 31.714,40	R\$ 5.976,73	R\$ 4.659,26	
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. remuneração baseada em ações				
TOTAL	R\$ 890.619,87	R\$ 566.338,66	R\$ 439.518,59	R\$ 545.552,77

* Os números de membros remunerados fracionados devem-se a metodologia aplicada pela própria Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Ofício Circular anual.



A remuneração individual para cada cargo pode ser observada a seguir:

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária[81] e do conselho fiscal				
ORGÃO	Contribuição anual	2024	2023	2022
Diretoria	R\$ 2.617.719,30	R\$ 9.369.042,24	R\$ 8.610.441,78	R\$ 8.624.986,73
Cons. Administração	R\$ 2.055.923,72	R\$ 1.434.772,38	R\$ 1.177.915,63	R\$ 914.017,69
Cons. Fiscal	R\$ 687.204,87	R\$ 474.538,68	R\$ 359.892,32	R\$ 381.496,34
Comitê de Auditoria Estatutária	R\$ 890.619,87	R\$ 566.338,66	R\$ 439.518,59	R\$ 545.552,77

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal[82]				
e. total da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária.	Contribuição anual	2024	2023	2022
	R\$ 16.251.467,76	R\$ 11.844.691,96	R\$ 10.587.768,32	R\$ 10.466.053,53

Para 2025 utiliza-se o IPCA acumulado de janeiro a dezembro de 2024 que corresponde ao percentual de 4,83%.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão	DIRETORIA			
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	9	9	8	8
c. número de membros remunerados	9	9	8	8
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 2.854.296,08	R\$ 2.648.687,73	R\$ 2.319.244,77	R\$ 2.324.506,32
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 2.378.580,07	R\$ 2.648.687,73	R\$ 2.319.244,77	R\$ 2.324.506,32
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais		R\$ 1.615.097,02	R\$ 1.881.808,38	R\$ 1.714.644,99

a. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	11	11	11	11
c. número de membros remunerados				
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

e. em relação à participação no resultado:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

a. órgão				
CONSELHO FISCAL				
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	5	5	5	5
c. número de membros remunerados				
d. em relação ao bônus:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
e. em relação à participação no resultado:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

a. órgão				
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA				
	Contribuição anual	2024	2023	2022
b. número total de membros	5	5	5	5
c. número de membros remunerados				
d. em relação ao bônus:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
e. em relação à participação no resultado:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica



8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não utiliza plano de remuneração baseado em opção de ações, adotando em relação aos membros do Conselho Fiscal e de Administração o pagamento exclusivo de remuneração fixa e em relação à Diretoria Executiva, remuneração fixa e variável atrelada à consecução de objetivos e metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não utiliza plano de remuneração baseado em ações, não havendo, portanto, opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária, ao final do último exercício social.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não utiliza plano de remuneração baseado em ações, não havendo, portanto, opções exercidas e ações entregues aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo[86]:

Não há.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.



8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não utiliza plano de remuneração baseado em ações, não havendo, portanto, ações entregues aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não utiliza plano de remuneração baseado em ações, não havendo, portanto, opções exercidas e ações entregues aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

A Companhia não utiliza plano de remuneração baseado em ações.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia mantém Plano de Previdência e Plano de Saúde para os Diretores, nos mesmos moldes aplicados aos empregados, sendo administrado pela Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos.

A Companhia possibilita a inscrição em Plano de Previdência para os Conselheiros de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, sendo administrado pela Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos.



a. órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	Diretoria Executiva
b. número total de membros	11	5	5	9
c. número de membros remunerados	11	5	5	9
d. nome do plano	Plano Misto de Benefícios	Plano Misto de Benefícios	Plano Misto de Benefícios	Plano Misto de Benefícios
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0	0	0
f. condições para se aposentar antecipadamente	Para Participante Ativo Nativo na condição de Tempo K, o Benefício de Para Participante Ativo Nativo na condição de Tempo K, o Benefício de Aposentadoria com ou sem reversão em pensão, resultante da conversão da CIAP, será concedido ao Participante que, cumulativamente: I. tiver no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade para o homem ou 50 (cinquenta) anos de idade para a mulher; II. tiver, no mínimo, 5 (cinco) anos de contribuição ao plano; III. haver a cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora; e IV. estiver em dia com as suas contribuições com este Plano de Benefícios. A idade mínima prevista no inciso I deste artigo poderá ser antecipada em até 5 (cinco) anos, conforme o caput deste artigo.			
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 21.690,74	0	R\$ 9.922,29	R\$ 1.072.272,84
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 16.480,75	0	R\$ 5.976,73	R\$ 403.043,00
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O pagamento do Resgate deverá ser em parcela única ou, por opção única e exclusiva do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo IAP-CIAP.			

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:



Exercício - 2024	
a. órgão	Conselho de Administração
b. número total de membros	11
c. número de membros remunerados	9
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 119.533,84
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 119.533,84
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 119.533,84
a. órgão	Conselho Fiscal
b. número total de membros	5
c. número de membros remunerados	4,75
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 89.650,40
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 89.650,40
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 81.598,35
a. órgão	Comitê de Auditoria Estatutária
b. número total de membros	5
c. número de membros remunerados	3,67
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 119.533,84
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 119.533,84
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 118.571,81
a. órgão	Diretores
b. número total de membros	9
c. número de membros remunerados	8,42
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 982.129,24
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 754.962,05
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 843.362,49

Exercício - 2023	
a. órgão	Conselho de Administração
b. número total de membros	11
c. número de membros remunerados	8,25
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 113.846,66
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 113.846,66
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 107.634,94
a. órgão	Conselho Fiscal
b. número total de membros	5
c. número de membros remunerados	4,08
d. valor da maior remuneração individual	R 85.384,99
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 85.384,99
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 70.626,28
a. órgão	Comitê de Auditoria Estatutária
b. número total de membros	5
c. número de membros remunerados	3,92
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 113.846,66
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 113.846,66
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 88.056,87
a. órgão	Diretores
b. número total de membros	8
c. número de membros remunerados	8
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 941.697,77
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 766.490,58
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 867.259,84



Exercício - 2022	
a. órgão Conselho de Administração	
b. número total de membros	11
c. número de membros remunerados	6
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 98.160,48
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 98.160,48
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 98.160,48
a. órgão Conselho Fiscal	
b. número total de membros	5
c. número de membros remunerados	4
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 73.620,36
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 73.620,36
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 73.620,36
a. órgão Comitê de Auditoria Estatutária	
b. número total de membros	5
c. número de membros remunerados	4
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 98.160,48
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 98.160,48
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 98.160,48
a. órgão Diretores	
b. número total de membros	8
c. número de membros remunerados	8
d. valor da maior remuneração individual	R\$ 839.476,75
e. valor da menor remuneração individual	R\$ 685.953,89
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 762.715,32

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não se aplica

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica



8.19. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há